



*Fundação Universidade de
Passo Fundo*

50 anos



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

José Carlos Carles de Souza
Reitor

Rosani Sgari
Vice-Reitora de Graduação

Leonardo José Gil Barcellos
Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Bernadete Maria Dalmolin
Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Agenor Dias de Meira Junior
Vice-Reitor Administrativo

UPF Editora

Karen Beltrame Becker Fritz
Editora

CONSELHO EDITORIAL

Altair Alberto Fávero (UPF)

Andrea Oltramari (UFRGS)

Alvaro Sanchez Bravo (UNIVERSIDAD DE SEVILLA)

Carlos Alberto Forcelini (UPF)

Carlos Ricardo Rossetto (UNIVALI)

Cesar Augusto Pires (UPF)

Cleci Teresinha Werner da Rosa (UPF)

Fernando Rosado Spilki (FEEVALE)

Gionara Tauchen (FURG)

Giovani Corralo (UPF)

Héctor Ruiz (UADEC)

Helen Treichel (UFFS)

Jaime Morelles Vázquez (UCOL)

José Otero G. (UAH)

Jurema Schons (UPF)

Karen Beltrame Becker Fritz (UPF)

Kenny Basso (IMED)

Leonardo José Gil Barcellos (UPF)

Luciane Maria Colla (UPF)

Paula Benetti (UPF)

Sandra Hartz (UFRGS)

Telmo Marcon (UPF)

Verner Luis Antoni (UPF)

Walter Nique (UFRGS)

CORPO FUNCIONAL

Daniela Cardoso
Coordenadora de revisão

Ana Paula Pertile
Revisora de textos

Cristina Azevedo da Silva
Revisora de textos

Sirlete Regina da Silva
Coordenadora de design

Rubia Bedin Rizzi
Designer gráfico

Carlos Gabriel Scheleder
Auxiliar administrativo



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

CONSELHO DIRETOR

Maristela Capacchi
Presidente

Alexandre Augusto Nienow
1º Vice-Presidente

Gerson Luís Trombetta
2º Vice-Presidente

Sérgio Machado Porto
Secretário

Dirceu Lima dos Santos

Evanisa Fátima Reginato Quevedo Melo

Olmiro Cristiano Lara Schaeffer

Rubens Rodriguez

Gustavo José Bonotto
(Prefeito Municipal de Lagoa Vermelha)

José Carlos Carles de Souza
(Reitor - membro nato)

Suplentes:

José Eurides Alves de Moraes

Vildomar Luiz Tartari

Luiz Fernando Kramer Pereira Neto

Silvio Antonio Bedin

Elci Lotar Dickel

Tarcísio Hartmann

Edmar Viane Marques Daudt

Gilnei Lopes Pimentel

Domingos Claudio Kujawa
Prefeito Municipal de Casca

Agenor Dias Meira Júnior

Pedro D'Agustini
Diretor Executivo

Marieli Pitan Rocha
Secretária



*Fundação Universidade de
Passo Fundo*

50 anos

Marlise Regina Meyrer

2017

Copyright© da autora

Daniela Cardoso
Ana Paula Pertile
Cristina Azevedo da Silva
Revisão de textos e revisão de emendas
Sirlete Regina da Silva
Rubia Bedin Rizzi
Projeto gráfico, diagramação e capa

Colaboradores
Luciane Maldaner - estagiária - pesquisa
Bruna Telassim Baggio - bolsista BIC - UPF - auxílio pesquisa
Herica de Matos Frandoso - bolsista Pivic - UPF - auxílio pesquisa
Marieli Pitan Rocha - secretária da Fupf
Mirelle Gallas - assessora jurídica da Fupf
Janaina Júlia Langaro - bolsista Pivic - UPF - auxiliar de pesquisa

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do(s) autor(es). A exatidão das informações e dos conceitos e as opiniões emitidas, as imagens, as tabelas, os quadros e as figuras são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M615f Meyrer, Marlise Regina.
Fundação Universidade de Passo Fundo : 50 anos / Marlise Regina Meyrer. – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017.
98 p. : il., color. ; 29 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-523-0002-1 (impresso)

1. Ensino Superior. 2. Universidades e faculdades comunitárias - História. 3. Universidade de Passo Fundo.
I. Título.

CDU: 378.4

Bibliotecário responsável Luís Diego Dias de S. da Silva - CRB 10/2241

UPF EDITORA
Campus I, BR 285 - Km 292,7 - Bairro São José
Fone/Fax: (54) 3316-8374
CEP 99052-900 - Passo Fundo - RS - Brasil
Homepage: www.upf.br/editora
E-mail: editora@upf.br

UPF Editora afiliada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



Sumário

- 7 Prefácio
- 9 Apresentação
- 11 *A Fundação Universidade de Passo Fundo no contexto das fundações*
- 21 *Fundação Universidade de Passo Fundo: os antecedentes*
- 29 *A crise e a criação da Fundação*
- 41 *Mantenedora e mantidas*
- 47 *A história da Fundação Universidade de Passo Fundo pelas atas do Conselho Diretor*
- 77 *Tecnologia e sustentabilidade*
- 83 *Prêmio Responsabilidade Social – RS*
- 89 *Fragments de história pelos Presidentes da Fupf*



Prefácio

É chegado o momento de comemorarmos os 50 anos da Fundação Universidade de Passo Fundo (Fupf). A Fundação nasceu, cresceu, e amadureceu, tornando-se uma jovem senhora com a responsabilidade de zelar pelas suas três (filhas) mantidas, Universidade de Passo Fundo, Ensino Médio Integrado e UPF Idiomas.

Em geral, as datas comemorativas nos remetem à realização de avaliações e reflexões acerca dos fatos históricos, que antecederam a comemoração. Nesse sentido, os atuais conselheiros do Conselho Diretor entenderam oportuno fazer uma reconstrução histórica da Fupf como forma de consolidar os fatos relevantes dessa trajetória. Para tanto, entendeu-se importante elaborar um livro que apresentasse e esclarecesse

para a comunidade acadêmica e a comunidade em geral como a história da Fupf foi formada e apresentar algumas questões que não são muito claras a todos, tais como: afinal, o que é uma fundação? Como a Fupf nasceu? Quais eram seus objetivos? Quais são as pessoas à frente de sua criação? Como foi dada sequência ao longo dos anos? Quem foram os seus Presidentes? Como a legislação influenciava e ainda influencia a condução das fundações de cunho educacional?

Enfim, este livro apresenta como essa história foi construída, com várias mãos, com dedicação e responsabilidade. Muitas pessoas dedicaram seu tempo de forma voluntária para a manutenção e o crescimento dessa Fundação, pessoas que, na grande maioria, passaram

despercebidas, realizaram seu trabalho de forma competente, comprometida e discreta, cada um à sua maneira, respeitando os aspectos legais e jurídicos que normatizam as fundações.

Nesse sentido, agradeço o carinho e empenho da professora Dra. Marlise Meyrer na catalogação dos documentos e escrita deste livro histórico. Agradeço, também, a todos os Presidentes e demais conselheiros que conduziram a Fupf ao longo dos anos, aos dirigentes das mantidas e a todos os professores e funcionários que fazem parte dessa história.

Maristela Capacchi
Presidente da Fundação
Universidade de Passo Fundo



Apresentação

A proposta para fazer um livro comemorativo dos 50 anos da Fundação Universidade de Passo Fundo (Fupf) surgiu em 2016, numa reunião de colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), partindo do colega e conselheiro da Fupf, Gerson Trombetta. A indicação do meu nome para escrever a obra foi uma surpresa, pois não sou de Passo Fundo e minha ligação com a cidade e a instituição é recente. Ao explicitar meus temores em função dessa realidade, alguém me disse: “por isso mesmo, és a pessoa indicada para fazê-lo”!

Aceita a empreitada, sabia que meu ponto de partida e de visão seria diferente dos autores que escreveram a história da Universidade, respaldados por uma memória com base na própria experiência vivenciada na instituição, tanto como atores, quanto como espectadores privilegiados. Entre esses, destaca-se Alcides Guareschi, uma autoridade na historiografia sobre a Universidade, cujas obras foram fundamentais para o meu conhecimento sobre esse tema.

A primeira questão era fazer a história da Fundação, não da UPF. Mas, afinal, qual a diferença entre Fupf e UPF? Confesso que não tinha a menor ideia e, para minha surpresa, eu não era a única. Minha primeira conclusão foi que muitos membros da Fupf não sabem a diferença. A partir daí, essa questão passou a nortear toda a construção deste livro, ou seja, tentei definir a identidade específica da Fundação, não descurando de sua ligação intrínseca com sua principal mantida: a UPF.

Na tentativa de escapar da armadilha de acabar contando a história da Universidade e não da Fundação, optei por me concentrar no *Livro de Atas da Fundação Universidade de Passo Fundo*. O livro é um importante documento histórico, tanto no que diz respeito ao seu aspecto físico (o livro de presenças ainda é o mesmo desde a criação da Fundação), quanto ao conteúdo das atas. Assim, todos os temas apresentados aqui foram selecionados a partir das principais pautas das atas ao longo dos anos. Entendo, assim, que o que está nas atas é, efetivamente, do campo de atuação da Fupf, por-

tanto, é a partir delas que sua história deve ser contada.

Está presente no livro, também, um pouco de minha alma de historiadora. O apreço pelas fontes documentais pode ser reconhecido nas muitas reproduções de documentos inseridas na obra. Para pesquisa, foram utilizadas diferentes fontes: imprensa, documentos oficiais, cartas e fonte oral. Também não pude me furtar de explicações do processo histórico de alguns temas que surgiram, à medida que fui entrando no mundo da Fundação.

Enfim, este livro, a partir de um questionamento inicial sobre a identidade e o papel da Fundação Universidade de Passo Fundo, seguiu uma trajetória por livros, arquivos, museus, atas, pessoas que contaram de diferentes formas uma parcela dos 50 anos de história da Fundação. Minha singela expectativa é de que esses fragmentos de história auxiliem no conhecimento e na afirmação da identidade da instituição.

Marlise Regina Meyrer

*A Fundação Universidade de Passo
Fundo no contexto das fundações*





A Fundação Universidade de Passo Fundo (Fupf) foi instituída, oficialmente, em 28 de junho de 1967, conforme registro no cartório de registros de pessoas jurídicas da comarca de Passo Fundo sob nº 413, tendo o extrato de seus estatutos publicado no Diário Oficial do Estado em 27 de junho do mesmo ano, com o objetivo de viabilizar a criação da Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente, é mantenedora da UPF, da UPF Idiomas e do Centro de Ensino Médio Integrado UPF (Cemi). Segundo seus estatutos, artigo 1º, “A Fundação Universidade de Passo Fundo é uma fundação de direito privado, de natureza educacional, sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação [...]”.¹ Os atuais membros da Fundação são todos os professores contratados que tiverem, no mínimo, cinco anos ininterruptos na instituição.

Há 50 anos, a Fupf vem prestando serviços não só à comunidade de Passo Fundo, mas a toda Região Norte do estado, contribuindo para o desenvolvimento regional, transformando a cidade de Passo Fundo em um polo de referência cultural, educacional e de saúde. Todas essas atividades desenvolvidas pela Fundação estão previstas no artigo 6º do seu estatuto.

Artigo 6º - A FUNDAÇÃO tem por finalidades, na observância do princípio da universalidade e no atendimento de seus objetivos institucionais:

- I – oferecer e desenvolver a educação superior de acordo com os princípios contidos na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação;
- II – oferecer e desenvolver cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e outras modalidades previstas na lei;
- III – oferecer e desenvolver a educação básica em todos os seus níveis;
- IV – estimular e desenvolver as atividades de pesquisa científico-culturais;
- V – oferecer e desenvolver a educação técnica em nível superior, o ensino profissional e profissionalizante;
- VI – oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania e inclusão social;
- VII – promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências;
- VIII – proporcionar o aperfeiçoamento do homem e da sociedade por meio da educação;
- IX – promover ações de proteção e promoção da família;
- X – apoiar instituições beneficentes com objetivos congêneres ou afins por meio de parcerias de colaboração ou instrumentos de ajustes de colaboração ou convênios ou contratos promovendo atividades com outras instituições, mantendo intercâmbios educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativos;
- XI – amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou com vulnerabilidade social por meio de auxílio financeiro e/ou material nas ações educacionais;
- XII – constituir, manter ou administrar unidades de apoio e produção de recursos técnico-científicos;
- XIII – promover ações beneficentes, filantrópicas, no atendimento de seus assistidos e destinatários, na promoção da coletividade, do bem comum, no interesse social.

¹ Estatuto da Universidade de Passo Fundo, jun./2012. Acervo Fupf.

CÓDIGO CIVIL - CAPÍTULO III - DAS FUNDAÇÕES

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Art. 63. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

Art. 64. Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

Art. 65. Aqueles a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, em tendo ciência do encargo, formularão logo, de acordo com as suas bases (art. 62), o estatuto da fundação projetada, submetendo-o, em seguida, à aprovação da autoridade competente, com recurso ao juiz.

Parágrafo único. Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.

Art. 66. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.

1. Se funcionarem no Distrito Federal, ou em Território caberá o encargo ao Ministério Público Federal.
2. Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá por encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

- I - seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;
- II - não contrarie ou desvirtue o fim desta;
- III - seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

Art. 68. Quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.

Art. 69. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

Embora a Fundação se confunda com a Universidade, ela não é a Universidade

As fundações existem, legalmente, no Brasil desde o Código Civil de 1916. Keller Dornelles Clós (2017), Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul e Coordenador da Procuradoria de Fundações, relata em entrevista que, originalmente, elas tinham um componente assistencial. Pessoas doavam valores ou bens para que esse patrimônio fosse revertido em favor da comunidade ou de uma causa. Essa prática foi regulamentada no Código Civil sob o formato de fundações, definindo quais as finalidades que podem ser motivadoras da instituição de uma fundação.

O **atual Código Civil** contém oito artigos sobre as fundações. Elas são tratadas a partir do artigo 62 até o artigo 69. São essas regras que orientam a atuação do **Ministério Público** na sua função fiscalizadora das fundações.

Existem dois tipos de fundação: pública e privada. A pública se origina de um patrimônio público e a privada de um patrimônio particular. A constituição de uma fundação pública é feita por meio de uma lei que define um patrimônio como público, destinado à determinada função. Segundo Clós (2017), ela é uma “longamano” da administração direta, estando vinculada ao Poder Executivo. Uma fundação privada, por sua vez, é instituída por escritura pública registrada em cartório. O Procurador salienta ser importante para o entendimento dessa questão fazer uma distinção entre três setores básicos da sociedade:

Primeiro setor: é o setor público, os dinheiros públicos têm uma destinação pública, os valores todos que o setor arrecada, através de tributos são revertidos em prol da comunidade, ou seja, tem um início público e uma finalidade pública. O segundo setor é o setor empresarial. São patrimônios privados que têm objetivo privado. Então tudo aquilo que a iniciativa privada produz tem o seu lucro, que é destinado para os seus proprietários - das empresas, ou daquela pessoa que empreende individualmente-. Enfim, um patrimônio privado com uma destinação privada. E o terceiro setor: aí é um pouquinho diferente, ele é aquele patrimônio privado que é instituído a serviço de uma causa, conforme Código Civil, com uma finalidade. [...] Pessoas instituem um patrimônio privado que é destinado para servir uma finalidade, uma causa, então são patrimônios privados, porém, a sua destinação é pública (CLÓS, 2017, informação verbal).

Esta é a diferença entre os setores: o primeiro é público com uma finalidade pública; o segundo é privado com uma destinação privada; e o terceiro é patrimônio privado a serviço público (CLÓS, 2017).

O Procurador assinala que, quando se constitui uma fundação por meio desse sistema, o patrimônio instituído – privado – é despersonalizado, não pertencendo mais a ninguém, seja uma pessoa física ou jurídica. Ele passa a ser da fundação, não mais daquele que a instituiu:

[...] e como ele é da fundação e o patrimônio passa a servir a finalidade pública, então ele não é mais de ninguém, e como ele não é mais de ninguém ele é de todos e, sendo de todos, esse patrimônio que instituiu a fundação é da sociedade e se ele é da sociedade, quem é que vai zelar, cuidar, velar por esse patrimônio? O Ministério Público! [...] Embora, seja um órgão estatal, ele tem total independência e autonomia para poder defender os interesses da sociedade, inclusive contra o Estado e, é nesse contexto, que se justifica porque o Ministério Público, na órbita do direito civil é o encarregado. Porque agora esse patrimônio é de toda a sociedade, não é mais do instituidor, e aqui que justifica o porquê do Ministério Público fazer esse acompanhamento das fundações privadas (CLÓS, 2017, informação verbal).

Segundo Cristiane Cardoso (2017), Promotora de Justiça e Curadora de Fundações do Ministério Público (MP) da Comarca de Passo Fundo, uma fundação é conceituada como um patrimônio, sendo esse destinado a uma finalidade prioritariamente social. A instituição se configura quando um instituidor – pessoa jurídica ou física – doa um patrimônio para um destino específico com uma finalidade social. Esse patrimônio cumpre,

assim, uma finalidade que, a princípio, seria tarefa do Estado. A Promotora destaca, ainda, que tal patrimônio pode ser um valor em dinheiro, um terreno, uma casa, qualquer coisa que gere a possibilidade de se formar uma instituição que se dedique a cumprir uma determinada finalidade, sendo que esse estará sempre vinculado à finalidade que o instituidor determinou. Reside aí uma das razões da fiscalização do MP, ou seja, fiscalizar a fim de garantir que esse patrimônio desenvolva efetivamente aquela finalidade que o instituidor desejou.

Para a Promotora, a fiscalização é necessária porque se trata de um patrimônio que era pessoal público com finalidade social, recebendo, assim, isenções e benefícios. A tarefa do MP, nesse sentido, é observar que a finalidade pela qual a fundação foi instituída seja cumprida, que ela tenha uma certa estrutura organizacional: ter conselho administrativo, conselho fiscal, enfim, alguns órgãos mínimos exigidos para seu funcionamento.

No caso específico da Fupf, ela foi constituída como fundação a partir de um patrimônio privado, conforme veremos mais adiante, colocado a serviço da educação e da cultura e, a partir dessa finalidade, foi criada a UPF. Assim, todo o encaminhamento do processo de criação da Universidade no Ministério da Educação é feito pela Fundação, bem como a definição e a respectiva autorização dos cursos, atentando para o preenchimento dos requisitos dispostos na lei, conforme a atividade fim proposta.

A Universidade, entretanto, mantém sua autonomia acadêmica. Ela deve cumprir uma série de regras em relação ao reconhecimento dos cursos, por exemplo, ao que se reportam diretamente ao Ministério da Educação. Mas a autonomia gerencial é responsabilidade da Fundação, pois é ela que vai prestar contas ao MP.

A Fupf é a maior da Região Norte do Rio Grande do Sul e está classificada entre as grandes fundações do estado, segundo levantamento feito pela Procuradoria de Fundações do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Existem mais de trezentas fundações no estado, estando distribuídas em diferentes finalidades. As dez principais estão elencadas na Tabela 1.

Tabela 1: Principais fundações no Rio Grande do Sul por finalidade

Fundação/Finalidade	Quantidade no estado	Percentual no estado
Mantenedora Universitária	08	2,60%
Meio Ambiente	09	2,92%
Apoio Universitário	11	3,57%
Beneficente	12	3,90%
Cultural e Radiofusão	12	3,90%
Hospitalar	13	4,22%
Pesquisa	15	4,87%
Educacional	40	12,99%
Cultural	53	17,21%
Assistencial	70	22,73%

Fonte: Procuradoria das Fundações/Ministério Público do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

A fiscalização do MP é feita em duas instâncias: regional e estadual. A Fupf pertence à comarca que integra Passo Fundo, Pontão, Ernestina e Mato Castelhano, mas o maior município é Passo Fundo, onde fica a sede do MP. Segundo informação verbal da Promotora de Justiça Dra. Cristiane Cardoso (2017), nessa comarca existem nove fundações. A Procuradora responsável pela fiscalização regional é intitulada *Curadora de fundações* e, em âmbito estadual, o responsável é o *Procurador de fundações*. Essa divisão decorre da dificuldade de manter toda a estrutura necessária para o controle em cada comarca. Assim, a Procuradoria das Fundações de Porto Alegre fica encarregada da prestação de contas de todas as fundações do estado.

Quanto ao papel da Procuradoria regional, a Dra. Cristiane Cardoso assim define:

Minha função aqui é a fiscalização da Fundação na sua finalística, no conteúdo finalístico, eu tenho que fazer a visita, ter o contato com a Fundação, e verificar se ela efetivamente existe. Sou a pessoa que mantém o contato com o conselho, que posso participar das reuniões, se eu quiser, posso dar opiniões nas reuniões do Conselho, como um membro do Conselho e posso fazer as intervenções que entender que são necessárias. Então, eu sou aquela que está ali mais próxima da Fundação, dando um auxílio, um velamento mais próximo, porque a função, é o velamento ... tudo que um velamento significa, cuidar, mas, também, fiscalizar, também exigir, então, eu sou aquela que faz esse velamento, *in loco*, aquela coisa próxima, aquela que vai ali ver que a Fundação existe, está em atividade, se está fazendo esses cursos que tem aqui, que não são só no papel (2017, informação verbal).

O Procurador de Justiça em Porto Alegre, Dr. Keller D. Clós, em entrevista, reforça a descrição da Dra. Cristiane Cardoso e acrescenta que, enquanto a procuradoria faz o acompanhamento da prestação de contas, atas, eleições, alterações estatutárias, enfim tudo que diz respeito ao cumprimento da legislação referente às fundações, a comarca se detém a questões mais específicas. Ele exemplifica:

“ Se houver um processo em que a Fundação estiver sendo acionada na justiça, quem vai se manifestar é o promotor lá na comarca, ele que vai acompanhar, se tiver alguma denúncia: olha: está havendo um desvio de recursos, enfim [...] eu detecto aqui na prestação de contas, ou alguém da comunidade lá questiona, isso tudo é destinado ao promotor que vai fazer uma investigação para avaliar. Na investigação ele vai chegar a conclusão: se pode ir ao Ministério Público Federal ou para o Ministério Público do Trabalho ou, se não for nada disso, ele mesmo vai entrar com ação para remover o presidente da direção da Fundação ou apurar a responsabilidade, entre outras medidas que possam ser aplicáveis ao caso (2017, informação verbal).

”

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL – PROCURADORIA DE FUNDAÇÕES

No Rio Grande do Sul, o Decreto nº 7.798, de 19 de maio de 1939, regulou a fiscalização das fundações privadas pelo Ministério Público, determinando que tais instituições devessem apresentar, à época, ao Procurador-Geral do Estado, em 90 (noventa) dias, prova de seu regular funcionamento.

O mesmo diploma legal determina que as fundações remetam anualmente seus balanços, as cópias dos atos que nomearem diretores ou administradores, além de requererem licença prévia para a venda de seus bens imóveis e a constituição de ônus reais sobre os mesmos [sic].

O citado Decreto estabelece que as infrações às suas disposições constituam falta grave dos administradores, autorizando o Ministério Público a promover a cassação do respectivo mandato.

Posteriormente a Lei 6.535, de 31 de janeiro de 1973, primeira Lei Orgânica do Ministério Público, em seu artigo 25, VII, atribuiu ao Procurador-Geral de Justiça na Curadoria de Fundações a missão de fiscalizar e inspecionar as fundações.

Em 31 de dezembro de 1975, foi promulgada a Lei 6.969 que criou o cargo de Procurador de Fundações.

Com base no disposto nas duas últimas leis acima citadas, o Procurador-Geral de Justiça, através da Portaria 533/78, de 05 de setembro de 1978, disciplinou a atuação da Curadoria e da Procuradoria de Fundações.

Por fim, a Lei Estadual nº 7.669, de 17 de junho de 1982, nova Lei Orgânica do Ministério Público, instituiu a Procuradoria de Fundações e, em seu art. 19, definiu que sua direção se daria por um Procurador de Justiça escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça, competindo-lhe a elaboração de pareceres pertinentes a qualquer assunto sobre fundações, além de auxiliar o Procurador-Geral na aprovação de estatutos, nas suas alterações, na elaboração da venda de bens imóveis na constituição de ônus sobre os mesmos e, ainda, na homologação da aprovação das contas das fundações.

A mesma lei, em seu art. 30, VII, e seus números, atribui aos Promotores de Justiça, Curadores de Fundações, dentre outras funções:

- Fiscalizar e inspecionar as fundações e, especialmente, examinar a suficiência dos bens dotados para constituição da fundação;
- Promover a remoção dos administradores das fundações no caso de negligência ou prevaricação, e a nomeação de quem o substitua; a notificação para a apresentação de suas contas; a promoção do sequestro dos bens fundacionais, ilegalmente alienados, e as ações necessárias à anulação dos atos praticados sem a observância das prescrições legais ou estatutárias;
- Zelar pelas fundações e oficiar nos processos que lhes digam respeito, além de exercer outras atribuições que lhes sejam conferidas em lei ou regulamento.

Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/fundacao>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

Em seu papel de fiscalizar, sobretudo, a prestação de contas, a Procuradoria das Fundações do MP estadual tem como objetivo principal a preservação do patrimônio instituído com finalidade social. Não só a preservação, mas o incentivo a iniciativas que possibilitem o aumento desse patrimônio, na medida em que esse aumento reverterá em maiores benefícios à sociedade beneficiária da fundação. Como não visa ao lucro, ela precisa ter um orçamento equilibrado, sendo que qualquer déficit deve ser, devidamente, justificado perante o MP.

A procuradoria recebe, todos os anos, a prestação de contas de todas as fundações do estado. Balanços, Rais (relação de informações sociais), folha de pagamento, atas, enfim toda a documentação necessária para a análise da saúde financeira da fundação. Para cumprir essa função, a procuradoria dispõe de um *software* desenvolvido, especificamente, para essa função e uma equipe especializada.

Para termos uma ideia mais clara sobre esse controle por parte do MP, pode-se referir a necessidade de autorização para qualquer venda de imóveis ou constituição de ônus sobre esses. A fundação precisa justificar o que ela pretende com os recursos, como ela vai empregar e como vai pagar. Os próprios bancos, quando se trata de empréstimo a uma fundação, pedem o parecer do MP. Outra questão analisada é a relação das despesas com a atividade fim da fundação. Quando a finalidade é educativa, por exemplo, é justificável o alto custo da folha de pagamento, em alguns outros casos, um valor alto nesse setor pode ser questionado.

A legislação que rege a atuação das Curadorias e da Procuradoria de Fundações de direito privado (provimento 72/2008 do Ministério Público do RS) atribui a essa o poder de remover os administradores, nos casos de gestão irregular, anular atos dos administradores contrários à lei e aos estatutos, bem como promover intervenção na entidade ou mesmo requisitar sua extinção.

Devido a esse controle, a Procuradoria das Fundações do MP, tanto a das comarcas quanto a do estado, é frequentemente acionada para consultas sobre os procedimentos, sobretudo, legais e financeiros das fundações. Nesse sentido, o Dr. Keller Clós orienta:

Eu tenho dito para todos os presidentes das fundações e os conselheiros das fundações que vêm aqui conversar conosco, enfim, que vêm nos visitar e têm que interagir necessariamente, eu digo que a finalidade, a responsabilidade deles é a mesma que a minha, que nós temos o mesmo compromisso com a sociedade, de manter aquele patrimônio trabalhando em prol da sociedade, da comunidade onde está inserida. Eu digo: da minha parte eu sempre vou cobrar dos senhores que nós tenhamos, seja um hospital, seja uma universidade, enfim qualquer fundação que ela seja hígida em termos econômicos e toda a administração. Por que? Para que não dilapide o patrimônio e venha causar um prejuízo para a comunidade, ao contrário, que a atividade seja superavitária, que possa investir, porque quanto mais ela crescer, mais benefícios ela vai trazer para a comunidade (2017, informação verbal).

Também, os estatutos das fundações devem passar pela aprovação do MP, cabendo à Procuradoria das Fundações o exame dos atos constitutivos e do estatuto da fundação, submetendo-os, posteriormente, à consideração e à decisão do Procurador-Geral da Justiça. Da mesma forma, para a alteração dos estatutos, deve-se encaminhar um requerimento ao Procurador de Fundações, para exame e alteração.

Entretanto, todo esse controle por parte do MP não tira a autonomia relativa das fundações no que diz respeito à administração no seu dia a dia, o que é de responsabilidade da diretoria, do Presidente, dos conselhos de cada fundação. Dependendo do estatuto, muitas decisões só podem ser tomadas com aval do Conselho. São esses membros que respondem, juridicamente, pela fundação, inclusive em casos de fraude ou qualquer outro tipo de crime, são eles os responsáveis. Cabe ressaltar que é obrigação da fundação remeter ao exame prévio do MP as atas de eleição e posse de seus dirigentes.

No caso da Fupf, em seu atual estatuto, são os professores que elegem o Conselho, que, por sua vez, elege a Direção. A administração da Fundação é composta pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Diretor, Presidência do Conselho Diretor e Conselho Fiscal. **A Assembleia Geral** é o principal órgão deliberativo da Fundação e é composta pelos professores contratados com, no mínimo, cinco anos na instituição.

Organização administrativa da Fundação Universidade de Passo Fundo

- ♦ **A Assembleia Geral** é o principal órgão deliberativo da Fundação e é composta pelos professores contratados com, no mínimo, cinco anos na instituição.
- ♦ **O Conselho Diretor** é o órgão de administração superior e responsável pela supervisão de todas as mantidas. É ele que elege o Presidente, o primeiro e o segundo Vice-Presidentes da Fundação. O Conselho é composto por dez membros, sendo oito professores, um membro comunitário (representante de um dos municípios-sede de um dos *campi*) e o Reitor da Universidade de Passo Fundo, que é membro nato. Cada conselheiro tem um membro suplente eleito na mesma eleição. O mandato dos conselheiros é de quatro anos, sendo eleitos de forma intercalada, ou seja, a cada dois anos, a metade do Conselho é renovada.
- ♦ **O Presidente, o primeiro e o segundo Vice-Presidentes** são eleitos pelo Conselho Diretor e têm um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por mais dois anos. O Presidente é o responsável pela administração superior da Fundação e seu representante legal.
- ♦ **O Conselho Fiscal**, por sua vez, é o órgão fiscalizador da administração e é composto por cinco titulares e os correspondentes suplentes. O Conselho deve ser constituído por representantes das seguintes entidades: OAB, Subseção Passo Fundo; Sindicato dos Contabilistas de Passo Fundo; Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Passo Fundo; Associação dos Economistas do Planalto Médio; e Câmara dos Vereadores do município de Passo Fundo.

Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor exercem gratuitamente seus cargos, sem nenhum tipo de remuneração, vantagem ou benefício.

Essa é a organização atual da Fupf, que permite que ela cumpra, de forma eficiente e responsável, as finalidades para as quais foi instituída. Essa organização, em sua forma de administração e trabalho, é fruto de um processo que vem sendo construído e aprimorado ao longo do tempo, adaptando-se aos novos contextos e desafios. Conflitos, brigas, mas, também, muitas conquistas fizeram parte dessa história, que começou, oficialmente, há 50 anos, mas sua origem remonta ao início dos anos 50 do século XX.

Os atuais membros do Conselho Diretor são:

Titulares:

Maristela Capacchi (Presidente)
Alexandre Augusto Nienow (1º Vice-Presidente)
Gerson Luís Trombetta (2º Vice-Presidente)
Sérgio Machado Porto (Secretário)
Dirceu Lima dos Santos
Evanisa Fátima Reginato Quevedo Melo
Olmiro Cristiano Lara Schaeffer
Rubens Rodriguez
Gustavo José Bonotto (Prefeito Municipal de Lagoa Vermelha)
José Carlos Carles de Souza (Reitor - membro nato)

Suplentes:

José Eurides Alves de Moraes
Vildomar Luiz Tartari
Luiz Fernando Kramer Pereira Neto
Silvio Antonio Bedin
Elci Lotar Dickel
Tarcísio Hartmann
Edmar Vianeí Marques Daudt
Gilnei Lopes Pimentel
Domingos Claudio Kujawa (Prefeito Municipal de Casca)
Agenor Dias Meira Júnior

Conselho Fiscal

Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócios de Passo Fundo - Acisa

- Aido Fante (Titular)
- Joelson Luís Zandoná (Suplente)

Associação dos Economistas do Planalto Médio

- Eugenio Ari Sturm (Titular)
- João Altair da Silva (Suplente)

Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Passo Fundo – OAB

- Flávio Benvegnú Júnior (Titular)
- Julio Ferreira de Andrades (Suplente)

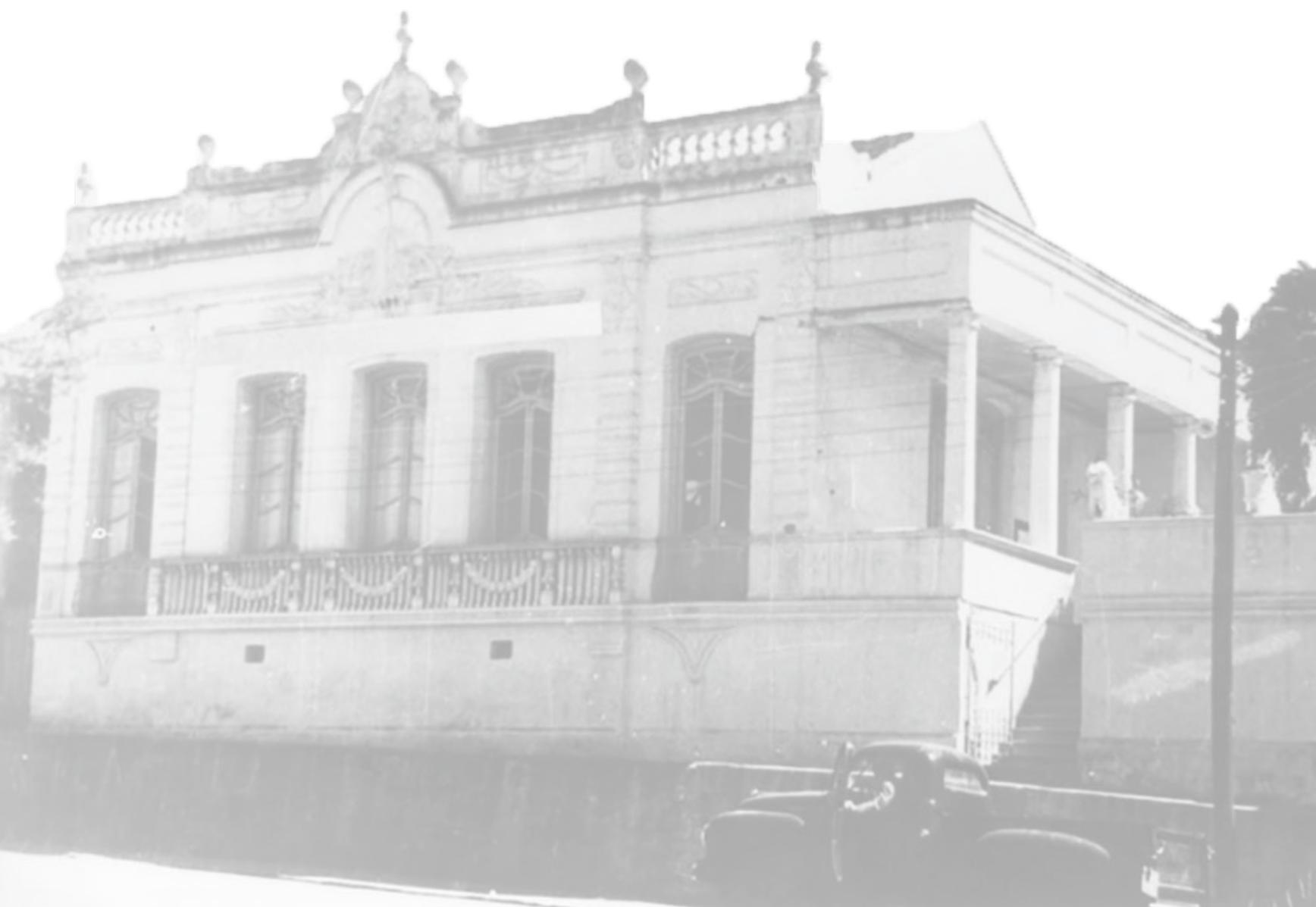
Câmara Municipal de Passo Fundo

- Alex Necker (Titular)
- Roberto Gabriel Toson (Suplente)

Sindicato dos Técnicos em Contabilidade e Contadores de Passo Fundo

- Caroline dos Santos Vieira (Titular)
- Sérgio Luiz Rossetto (Suplente)

*Fundação Universidade de Passo Fundo:
os antecedentes*





O movimento inicial para criação da Universidade de Passo Fundo, cujo objetivo levou à instituição da Fupf, insere-se no contexto brasileiro dos anos 1950. Esse período foi considerado emblemático em termos de mudanças econômicas estruturais no país, que, embora fosse, ainda, predominantemente rural, passava por um processo acelerado de industrialização e urbanização, tendo como uma de suas versões o desenvolvimentismo, com destaque para o Plano de Metas de JK, que propunha crescer 50 anos em 5.

Culturalmente, o período é conhecido como os *Anos Dourados*, quando surgiram expressões artístico-culturais como a *Bossa Nova*, o *Cinema Novo*, o *Teatro Brasileiro de Comédia*, *Teatro de Arena* e a televisão. Debatia-se o que deveria pautar a cultura nacional, se a tradição enraizada no folclore ou se o popular movido pela questão social.

Mas o período foi também de importantes debates intelectuais. Na economia, surgia a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) como importantes foros de discussão sobre os problemas

brasileiros. Na educação, um “novo manifesto pela educação”, protagonizado por Anísio Teixeira, retomava os debates do final dos anos 1920, chamando, novamente, o Estado a comprometer-se com a educação. Sob Coordenação de Darcy Ribeiro, foi criada a universidade de Brasília como modelo da modernização da Universidade brasileira. Em 1961, finalmente, foi criada a primeira lei brasileira específica para educação, a Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

Nesse período, assistiu-se, também, ao crescimento do número de estudantes, devido ao acelerado processo de urbanização pelo qual passava o país, surgindo importantes movimentos estudantis, destacando-se as atividades da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Juventude Universitária Católica (JUC).

No contexto político nacional, assistia-se à chegada do chamado período democrático brasileiro, após a ditadura estado-novista, e à emergência de novos partidos políticos, com a crescente polarização entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Em Passo Fundo, essas mudanças político-partidárias tiveram um peso significativo na criação da Fupf, como veremos a seguir.

Passo Fundo, a partir dos anos 1940, já se destacava economicamente no estado, contando:

[...] com um expressivo potencial educacional, comercial, agrícola, industrial, servido por extensa malha rodoviária e ferroviária, estrutura administrativa e moderno sistema de urbanização, distinguindo-se entre os demais municípios da região, razão pela qual era denominado pela imprensa de “Metrópole da Serra” (BENVEGNÚ, 2006, p. 17).

Com o objetivo de difundir o ensino superior em Passo Fundo, foi criada a Sociedade Pró-Universidade (SPU) de Passo Fundo, que instalou o curso de Direito em 1956 e, posteriormente, o Consórcio Universitário Católico, que mantinha o curso de Filosofia desde 1957. Entretanto, essas eram faculdades isoladas.

O movimento teve início a partir de lideranças da cidade. Embora haja controvérsias sobre a paternida-

de da ideia, é certo que a imprensa local, por meio dos jornalistas Antônio Donin e Múcio de Castro, então Diretor do jornal *O Nacional*, teve importante papel na sua divulgação, empreendendo uma campanha jornalística para atrair a simpatia dos deputados federais e estaduais. Ambos eram filiados ao PTB local, sendo que buscaram apoio no Presidente do partido e na época deputado federal, Cesar Santos, que se tornou um dos fundadores da SPU e seu primeiro Presidente.

Fundada a SPU, em 2 de fevereiro de 1950, conforme ata número 1 da sociedade, citada por Benvegnú (2006, p. 186), em agosto de 1953, obteve o reconhecimento da prefeitura municipal, que adquiriu a mansão da família Barbieux na Av. Brasil, atual sede da UPF Idiomas, para a sede da SPU e posterior instalação da Faculdade de Direito.

Figura 1: Primeiro prédio da Faculdade de Direito, 1953



Fonte: Fotografia Czamanki. Disponível em: <<http://45anos.upf.br/galeria-fotos.php>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

Figura 2: Faculdades da SPU, década de 1950



Fonte: Fotografia Czamanski. Acervo Fupf.

A sociedade mantinha-se com a contribuição dos sócios e outras doações e “era administrada por uma diretoria e um conselho composto de nove membros eleitos pela Assembleia dos sócios. A diretoria tinha o poder de admitir, recusar e excluir sócios. Conforme o art. 16 do estatuto, ‘as sessões da diretoria e do conselho terão caráter secreto’” (GUARESCHI, 2001, p. 18).

Somente em 1956 foi reconhecida a Faculdade de Direito, pelo Decreto nº 38.911, de 21 de março, assinado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, tendo Reisoly dos Santos como seu primeiro Diretor.

Outros cursos passaram a funcionar posteriormente: Odontologia, reconhecido em 1961; Agronomia e Escola de Belas Artes, em 1961; Economia, em 1958. O local onde funcionaria a futura universidade é estabelecido a partir da doação de Antônio Bittencourt de uma área de terra situada entre as vilas Petrópolis e São José. “Foram doados 50.000 m² e adquiridos por compra outros 550.000 metros” (BENVEGNÚ, 20006, p. 191), sendo lançado o projeto e o marco inaugural de construção da cidade universitária ainda em 1956. Entretanto, conforme Guareschi (2001, p. 12), a obra de construção iniciou somente em 1973.

Figura 3: Divulgação do resultado do concurso para construção da cidade universitária, 1958



Fonte: Fotografia Czamanski. Acervo Fupf.

Figura 4: Divulgação do Primeiro Projeto da Cidade Universitária, 1957

Doada uma área de terras, pelo Dr. Antônio Bittencourt Azambuja, para a futura «Cidade Universitaria»

Realizou-se ontem, às 18 horas, o ato da assinatura da escritura de terrenos, importante gleba existente na chamada «Chacara do Dr. Azambuja», e que foi doada pelo Dr. Antonio Bittencourt Azambuja á Sociedade Pró Universidade de Passo Fundo, para construção, ali, da futura CIDADE UNIVERSITARIA.

O ato foi assinado no salão nobre da Faculdade de Direito, estando presentes ao ato autoridades civis, militares e eclesiasticas, inclusive representantes da imprensa, e ainda corpos docentes e discentes da Faculdade de Direito e Faculdade de Filosofia.

Agradecendo o gesto, usou da palavra o Dr. Professor Ce-

sar Santos, Presidente da Sociedade Pró Universidade de Passo Fundo, expressando com grande eloquencia, nas suas efusões de reconhecimento que, em nome da entidade, fazia ao ilustre e benemerito doador, que é o Dr. Antonio Bittencourt Azambuja.

Este, usando também da palavra, exaltou os esforços da Sociedade Pró Universidade de Passo Fundo, os vigorosos passos que tem realizado em prol da cultura desta terra, transformando Passo Fundo em cidade universitaria, e disse que era uma doação merecida e justa, uma contribuição que fazia, para o maior engrandecimento da cidade e expressão de sua cultura.

Os atos tiveram grande expressão, sendo depois oferecido aos presentes um coquetel, em comemoração ao acontecimento.

Ruy José Rache
Claudio A. Pires
ADVOGADOS
ESCRITORIO:
Rua Cap. Eleutério 401

Fonte: Jornal O Nacional, 26 de junho de 1957. Acervo Fupf.

Figura 5: Primeiro Projeto da Cidade Universitária em O Nacional, 1957

o numero para trinta

arência neste cidade

Rua, Dr. Mario Braga

lor, Luiz Braga Westim,

fessor Aurelio Amarel,

Mario Lopes, Reveren-

lady Machado da Sil-

o, mais tarde, depois da

ação da alteração dos

positivos estatutários, o

fessor Sabino Santos e

luz Silveira.

abertos os trabalhos,

esentaram suas justifi-

cas os gremistas que fal-

am ás ultimas reuniões.

er, Presidente comunica

er passado o seguinte

grama no Dr. Leonel

cola, conforme delibera-

dos gremistas na ses-

anterior:

Informado de sua pro-

na visita a Passo Fundo,

remio Passofundense de

formidade com resolu-

unanimidade de seus mem-

os, vem manifestar satis-

ção em recebê-lo em ses-

publica, ocasião em que

seriamos ouvindo em con-

encia sobre o tema á sua

lha. Aguardo sua res-

ta, fixando data. Peço

unicar assunto de sua

stra para fim de publi-

cação. Saudações — Celso

ri, Presidente.

A seguir, foi acertada a

ta dos gremistas a La-

Vermecha, onde seriam

A Universidade e a «Cidade Universitaria de P. Fundo»

A aquisição da área e o Plano Diretor — O que está feito e o que se fará — Passo Fundo, o centro de uma região privilegiada

Vilas Pitropolis e São José, mas dentro de quarenta anos num dos mais aprazíveis locais suburbanos de Passo Fundo. A compra em apreço foi feita em condições especiais para a magna realização.

Restou a elaboração do Plano Diretor, com previsão para 40 anos e instalação de uma Universidade completa, que pensamos dentro de poucos anos estará no centro da cidade.

Será aberto um concurso, chamando os concorrentes para a elaboração do dito plano.

E pensamento da Sociedade lançar a pedra fundamental da Cidade Universitaria este ano, na dia do Centenario do Municipio, em presença do Presidente da República, o governador do Estado e outras altas autoridades.

A primeira construção a ser iniciada deverá ser a Casa do Estudante, com capacidade para mais de duas mil pessoas. A Biblioteca tem previsão para centenas de milhares de volu-

Vilas Pitropolis e São José, mas dentro de quarenta anos num dos mais aprazíveis locais suburbanos de Passo Fundo. A compra em apreço foi feita em condições especiais para a magna realização.

Restou a elaboração do Plano Diretor, com previsão para 40 anos e instalação de uma Universidade completa, que pensamos dentro de poucos anos estará no centro da cidade.

Será aberto um concurso, chamando os concorrentes para a elaboração do dito plano.

E pensamento da Sociedade lançar a pedra fundamental da Cidade Universitaria este ano, na dia do Centenario do Municipio, em presença do Presidente da República, o governador do Estado e outras altas autoridades.

A primeira construção a ser iniciada deverá ser a Casa do Estudante, com capacidade para mais de duas mil pessoas. A Biblioteca tem previsão para centenas de milhares de volu-

O NACIONAL

Chefe do Departamento de Publicidade: PEDRO P. COUTO

P. FUNDO R. G da Sul 23-feira, 2 de Julho de 1957

Edição Número — 9224 4a. Pagina

Grandioso baile comercialista, dia 20

No dia 20 do corrente, o Clube Comercial realizará um grandioso baile, com a

ve, de Montevidéo,

No dia 6 de agosto, como homenagem ao 1o. Cente-

Fonte: Jornal O Nacional, 6 de fevereiro de 1957. Acervo Fupf.

Outras doações foram constituindo o patrimônio da SPU, como a aquisição da Rádio Municipal e do Hospital Municipal, o que gerou muitas polêmicas na imprensa e na comunidade da região.

No mesmo período, um grupo representativo de entidades de caráter confessional de Passo Fundo formou o Consórcio Universitário Católico (CUC) para a criação da Faculdade de Filosofia, já prevendo sua integração à futura Universidade de Passo Fundo. Seus estatutos foram publicados no Diário Oficial de 21 de junho de 1956 e, no mesmo ano, obteve autorização do Conselho Nacional de Educação (parecer 466/56) para o funcionamento, inicialmente, de três cursos: Filosofia, Pedagogia e Letras.

Assim como a SPU, o consórcio recebeu doações e contribuições financeiras para efetivar seu funcionamento, incluindo recursos do Ministério da Educação. No que diz respeito ao patrimônio físico, destaca-se a aquisição de uma área do antigo Colégio Conceição, na Rua Teixeira Soares (sede da atual Faculdade de Medicina), para construção do prédio, que teve a conclusão dos dois primeiros blocos em 1965 (GUARESCHI, 2002, p. 25). Esse patrimônio juntamente com aqueles da SPU foram a base para instituição da Fupf, conforme a legislação descrita anteriormente.

Figura 6: Construção do prédio da Faculdade de Filosofia, 1965



Fonte: Fotografia Czamanski. Acervo Fupf.

A crise e a criação da Fundação





As mudanças políticas em curso no início dos anos 1960, entretanto, resultaram em transformações nos rumos da SPU e da CUC, uma vez que os diretores da SPU eram membros atuantes da política local e nacional. A disputa pelo controle da SPU tornou-se uma competição entre petebistas e anti-petebistas. A instituição da Fundação Universidade de Passo Fundo é, em parte, consequência dessas divisões e de acirramentos políticos vivenciados na época.

Passo Fundo constituía-se, já na época, um importante polo regional e base eleitoral, o que fazia com que líderes políticos estaduais e federais, frequentemente, visitassem a cidade em suas campanhas.

Na esteira do que vinha acontecendo em nível nacional, no período pós-Estado Novo (1937-1945), a política de Passo Fundo ficou centralizada na disputa entre os dois principais partidos, PSD e PTB, com o crescimento maciço do último até 1963, quando, localmente, é derrotado por uma ampla coligação anti-PTB formada por quase todos os partidos restantes – Coligação Popular Passo-fundense (CPP).

A coligação tem sua origem na cisão interna do PTB passo-fundense, no final dos anos 1950, que deu origem a uma ala rebelde do partido, liderada por Daniel Dipp, que se opunha a Cesar Santos, líder do PTB local e Diretor da SPU, resultando na expulsão dos rebeldes do partido em 1959. A situação tornou-se mais crítica quando as forças anti-petebistas ganharam o

governo do estado em 1962, com Ildo Meneghetti, e, em Passo Fundo, o governo municipal, com Mário Meneggaz (entre os expulsos de 1959), em 1964 (BENVEGNÚ, 2006). Assim “[...] essas dissonâncias se deslocaram do espaço político-partidário para o educacional-pessoal, num confronto cuja ressonância fugiu às esferas municipais” (BENVEGNÚ, 2007, p. 295).

Inicia-se uma intensa batalha, tornada pública pela imprensa local, permeada de ofensas e acusações. O embate teve como estopim a crise na Faculdade de Agronomia, em 1963, sob denúncias de irregularidades e falta de estrutura para seu funcionamento, o que culminou no fechamento do curso e no encaminhamento dos alunos para os cursos de Agronomia de Porto Alegre, Santa Maria e Pelotas (ALMEIDA, 2007).

No contexto nacional do golpe civil-militar, ocorrido em março de 1964, foi decretada intervenção federal na SPU, dando início a uma intensa batalha judicial entre a antiga diretoria e os interventores, acirrando as rivalidades locais. Tanto Almeida (2007) quanto Benvegnú (2007) afirmam que havia um acordo entre o Governador Meneghetti e o Prefeito eleito Mário Meneggaz para retirar Cesar Santos do Controle da SPU. Já Guareschi (2002), embora, também, se refira às influências políticas nos episódios, atribui a crise e a posterior intervenção às atitudes centralizadoras e intransigentes da diretoria da SPU bem como às precárias instalações dos cursos de Agronomia e Odontologia.

A intervenção na SPU aconteceu por delegação do governo federal ao governo do estado do Rio Grande do Sul. Pela ordem de serviço nº 6, de 25 de abril de 1964, o governador do estado, Ildo Meneghetti, de acordo com o aviso nº 693, de 22 de abril de 1964, do ministro da Educação, decretou a intervenção na SPU e nomeou Murilo Coutinho Annes interventor, o qual encontrou muitas dificuldades no cumprimento de sua tarefa (GUARESCHI, 2002, p. 21).

A batalha judicial entre a antiga diretoria e os interven- tores teve seu ponto alto quando os antigos diretores, com base na decisão do Ministério da Educação, que revogou a intervenção, invadiram as instalações da SPU e, na sequên- cia, o então Prefeito cercou os prédios da SPU com máqui- nas, caminhões, tratores e funcionários da prefeitura a fim de expulsar os “invasores”. Além disso, decretou luto oficial no município e declarou fechada a prefeitura e todos os ser- viços enquanto os irmãos Santos continuassem ocupando o prédio. A essa altura, a SPU, já livre da intervenção, era presidida pelo Pe. Alcides Guareschi, Diretor da Faculdade de Filosofia, mantida pelo Consórcio Universitário Católico.

Os antigos dirigentes impetraram dois mandatos de segurança a fim de reivindicar o controle da SPU, sendo que a decisão final do Tribunal de Justiça do Estado, em abril de 1967, foi em favor dos novos dirigentes sob a presidência de Alcides Guareschi. Finalmente, em 13 de maio de 1967, ocorreu a Assembleia Geral da SPU e do CUC, que aprovou a fusão e a criação da Fundação Universidade de Passo Fun- do. Cesar Santos e Reissoly Santos tentaram, ainda, mais um recurso judicial para impedir a fusão, sem sucesso.

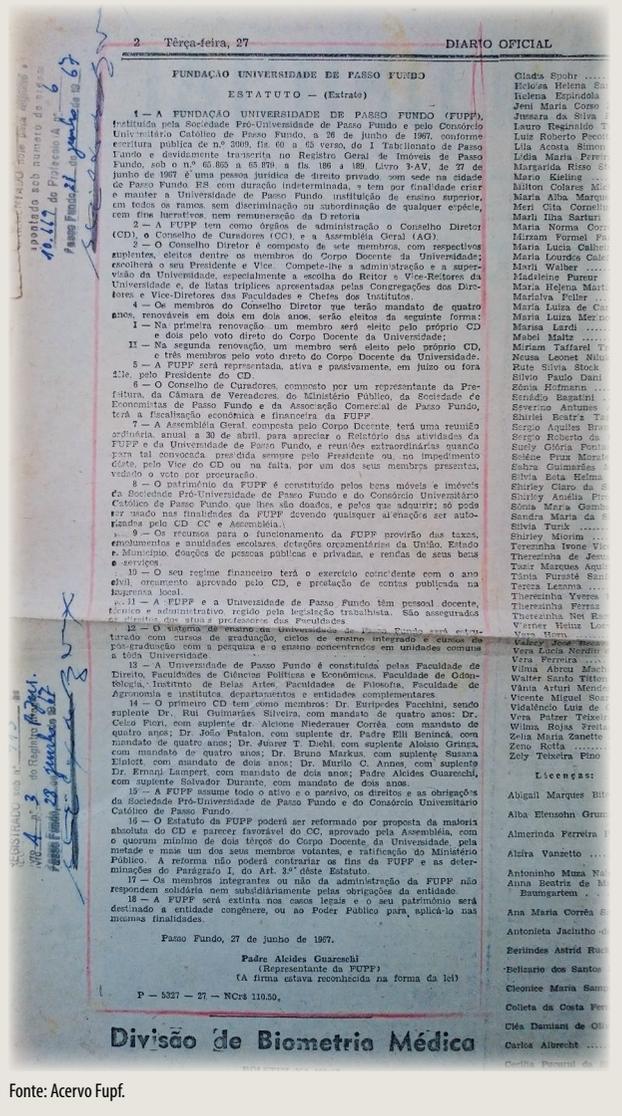
A fusão da SPU e do CUC, entretanto, já estava nos plan- os desde a criação da Faculdade de Filosofia em 1956. Em 1962, o Presidente da SPU, Cesar Santos, e o Presidente do CUC, Dom Cláudio Colling, assinaram um acordo, comuni- cando ao Ministério da Educação a decisão de criar a Uni- versidade de Passo Fundo, sendo que a crise na SPU acabou atrasando a incorporação (GUARESCHI, 2002, p. 26). Outra questão que criava alguns obstáculos era a da laicidade da instituição, já que uma das partes pertencia à Igreja Católica.

Aprovada a fusão, uma comissão de professores fi- cou encarregada pela elaboração dos estatutos da Fun- dação, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial em 27 de junho de 1967 (Figura 7), sendo aprovado pela Assem- bleia dos professores em 13 de julho de 1967. De acor- do com Guareschi (2002), os estatutos contemplaram os

princípios básicos que vinham sendo discutidos pelos membros do CUC e da SPU e que foram publicados em quatro artigos no jornal *O Nacional*, entre os dias 9 e 13 de maio de 1967:

[...] um Conselho Diretor, a ser constituído, inicialmente, por membros indicados pelas duas entidades institui- doras. A universidade, nos moldes da Universidade de Brasília, seria integrada por institutos responsáveis pelo ensino básico e por faculdades especializadas e profis- sionalizantes. O governo da universidade seria exercido por um Conselho Universitário e por uma Reitoria, cons- tituída por um reitor, um vice-reitor acadêmico e um vice-reitor administrativo (GUARESCHI, 2002, p. 29).

Figura 7: Extratos dos Estatutos da Fundação publicados no Diário Oficial em 17 de junho de 1967



Fonte: Acervo Fupf.

Os estatutos, registrados em 1967, enfatizam que a Fundação tem como objetivo manter a Universidade de Passo Fundo, “instituição de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural” (art. 3º). Também, no mesmo artigo, afirmam seu comprometimento com o desenvolvimento regional: “visando contribuir para a solução dos problemas regionais de natureza econômica, social e cultural”. O mesmo artigo proclama, ainda, a desvinculação política, religiosa e filosófica da instituição, bem como a não aceitação de discriminação de classe ou raça.

Outro destaque dos estatutos de 1967 é a composição da Assembleia Geral, composta por todo o corpo docente da Universidade, sendo que as decisões são tomadas por maioria simples. À Assembleia cabe a eleição do Conselho Diretor e dos dirigentes da Universidade (art. 17). A Universidade, entretanto, goza de autonomia didático-administrativa e disciplinar nos termos da lei em vigor e dos estatutos da Fundação, elaborados pelo Conselho Diretor (art. 39).

Ainda em julho, constituiu-se o primeiro Conselho Diretor e foi eleita a primeira diretoria, com a seguinte composição:

Titulares	Suplentes
Murilo Annes (Presidente)- SPU	Ernani Lampert- SPU
Eurípedes Fachini- SPU	Rui Silveira- SPU
Celso Fiori (Vice-Presidente)- SPU	Alcione N. Correa- SPU
Bruno Markus- SPU	Susana Einloft- SPU
Pe. Elydio Alcides Guareschi- CUC	Salvador Durante- CUC
Pe. João Patalon- CUC	Elli Benincá- CUC
Juarez Diehl- CUC	Aloísio Grings- CUC

Figura 8: Certidão de Registro dos Estatutos, junho de 1967

FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

13.662
Passo Fundo, 24 junho de 1967

C E R T I D ã O .

MIGUEL O. LANGONE, Secretário da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, no uso de suas atribuições, -

C E R T I F I C A que, revendo o LIVRO de ATAS da SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO - "SPU", d.ºle, às 25 folhas dezanove-verso(19-vº) e seguintes consta a ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE INSTAURÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO "FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO".-- Aos oito dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Passo Fundo, Estado do Rio - Grande do Sul, às 20.00 horas, em 2ª. convocação, na sala de Atos e Oficinas da Faculdade de Direito de Passo Fundo, reuniram-se os sócios ativos da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo.-assumindo, na forma estatutária(art 8º e seus §§ do Estatuto Social), a direção dos trabalhos, o Presidente da "SPU" Con. Alcides Guareschi, convidou a si, Miguel O. Langone, para Secretário, e disse que, estando constituída a mesa e havendo número legal conforme se verifica do Livro de Presença, declarava instalada a presente Assembléia Geral Extraordinária, determinando a si, Secretário, que fizesse a leitura do edital de convocação", em resumo, o seguinte:"CONHECIMENTO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA "FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO" e em narratório, "pelo senhor Presidente foi o projeto de estatuto posto em debate pela assembléia.-Após ampla discussão, dito projeto de estatuto foi aprovado, sem discordância de votos, com a seguinte redação final:-ESTATUTO da

FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS. fl.15

Art. 41º - As Entidades Instituidoras da Fundação, por seus representantes e aprovação de seus órgãos, elegem como integrantes do primeiro(1º) Conselho Diretori - TITULARES: - SUPLENTE(S):
Dr. Haripedes Facchini - Ray Guimarães Silveira(4 anos)(
Dr.Celso da Cunha Fiori- Alcione Niderauer Corrêa(4 anos)
Dr.Fe.João Patalon - Sr. Eli Beninoff(4 anos)
Dr.Juanes T. Eehl - prof. Aloisio Oringa(4 anos)
Dr.Bruno E.Markus - profa.Suzana Einloft(2 anos)
Dr.Murilo C. Annes - Ernani Lampert(2 anos)(dr)
Dr.Con.Alcides Guareschi-Tr.Salvador Durante(2 anos).

Art. 42º - Os funcionários das diversas entidades são incorporados à Fundação, podendo os respectivos cargos e ocupações sofrerem reequadramento, compatíveis com as funções que ocupam.

Art. 43º - Os membros integrantes ou não de sua administração, não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.

Art. 44º - O Conselho Diretor deverá elaborar, no prazo máximo de sessenta(60) dias, o Estatuto da Universidade e o seu Regimento, cabendo-lhe fixar as normas de organização e serviços, respeitados os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos.

Art. 45º - A Fundação assume todo o ativo e passivo da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo e Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo, ficando, assim, sub-rogada em todos seus direitos e obrigações.

Art. 46º - Fica autorizada a juízo do Conselho Diretor e do Conselho de Curadores, a eventual transformação da entidade em Fundação de Direito Público, com a doação dos bens ao Poder Público, ou, ainda, a aceitar a sua Federalização.

REFORMA DO ESTATUTO.

FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

fl. 16

Art. 47º - O presente Estatuto poderá ser reformado, observadas as seguintes condições:
I - Proposta fundamentada do Conselho Diretor, por maioria absoluta de seus membros;
II - Parecer favorável do Conselho de Curadores;
III - Aprovação da Assembléia Geral da Fundação que, extraordinariamente, será convocada para esse fim, com um quorum mínimo de dois terços(2/3) do corpo docente da Universidade. A reforma proposta será considerada aprovada se obtiver no mínimo, metade mais um dos votos dos membros votantes da Fundação;
IV - A reforma proposta não poderá contrariar os fins da Fundação e nem as determinações do parágrafo primeiro(1º) do art. 3º deste Estatuto; e,
V - A aprovação dependerá da ratificação do órgão do Ministério Público, mediante a convocação imediata do Conselho Diretor, que providenciará na averbação competente no Registro Público."

"E, como nada mais houvesse a tratar e ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, pelo senhor Presidente foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à feitura da presente ata que, reaberta a sessão, é lida e aprovada e vai assinada pela mesa. Em, Miguel O. Langone(a), Secretário a redigi e assinou.(Assinaturas no Livro de Presença).(a) Con. Alcides Guareschi; a)Murilo C. Annes. a)-Bruno E. Markus a) Edson Winckler; a)Profa. Mercedes Cogo e a) Albari F. Ribeiro."

RS, PASSO FUNDO, em 12 de junho de 1967.

Dr. MIGUEL O. LANGONE, Secretário.
Dr. Con. ALCIDES GUARESCHI - Presidente da SPU
Dr. MURILO C. ANNES - Auditor da SPU.

Fonte: Acervo Fupf.

A forma jurídica de **fundação** para a mantenedora teria sido sugerida pelo então deputado federal e futuro ministro da educação Tarso Dutra, que estaria em conformidade com os estudos em andamento sobre a Reforma Universitária, efetivada em 1968 (GUARESCHI, 2002). A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior, sendo que as instituições de educação superior ganharam atenção especial, orientando a sua forma de organização:

Art. 4º As universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, **quando particulares, sob a forma de fundações ou associações.**

E acrescenta:

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas e privadas, com variados graus de abrangência ou especialização (BARROSO; FERNANDES, 2007, p. 43).

Para a instituição legal da Fundação, conforme estabelecido pelo Código Civil brasileiro, em 26 de junho de 1967, foi feita a transferência dos bens da Faculdade de Filosofia e do patrimônio da SPU à nova entidade mantenedora no cartório de notas do Poder Judiciário. Extinuem-se, assim, a SPU e o CUC.

Na **escritura pública de dotação de bens e instituição da Fundação Universitária de Passo Fundo**, constam os seguintes bens: **SPU** – 1 terreno na Av. Brasil e os prédios das Faculdades de Direito, de Ciências Políticas e Econômicas, de Odontologia e do Instituto Belas Artes; 1 terreno na Rua Paissandú, área de terras na Chácara Azambuja (550.000 m²), área de terra na Vila Petrópolis (58.440 m²), parte de terras da Chácara Azambuja – Bairro São José (400.000 m²), com os prédios da Faculdade de Agronomia, 18 lotes de terrenos na Vila Petrópolis (7.200 m²), 1 terreno (615 m²), 1 lote de terreno na Vila Petrópolis (650 m²), 1 terreno na Vila Petrópolis (588,83 m²), 1 lote de terreno na Av. Brasil com casa, 1 terreno na Av. Paissandú, 1 parte de terrenos na Vila Petrópolis (3.450 m²), parte de terrenos na Vila Petrópolis (4.902 m²). Integra, ainda, esse patrimônio, uma lista de móveis. Do **Consórcio Universitário Católico**, consta 1 terreno na Rua Teixeira Soares com prédio de alvenaria de quatro pavimentos (2.800 m²) e também uma lista de móveis.

REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968

A Reforma Universitária instituída pela Lei nº 5.540/1968 teve fundamental importância para a expansão do ensino superior privado no país e é a base do modelo atual da Universidade.

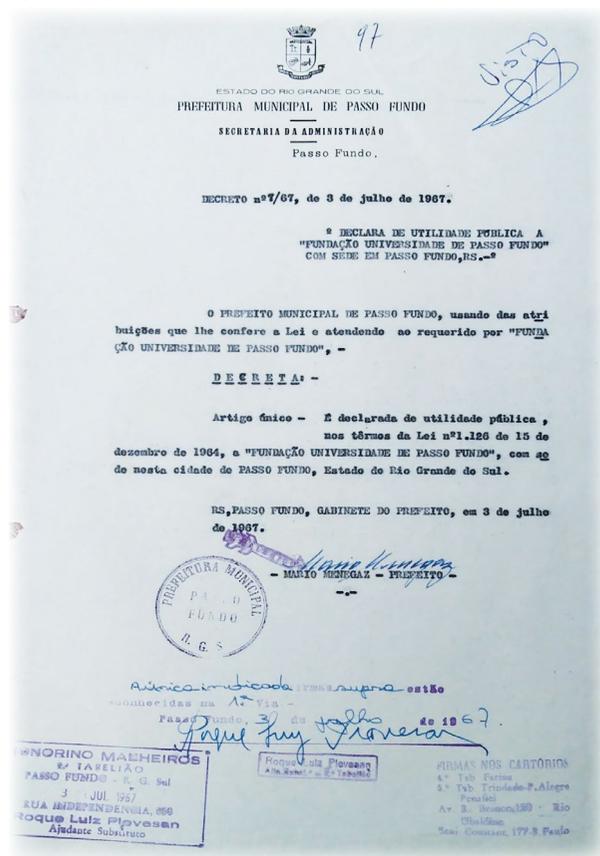
Criada durante o governo militar, ela relaciona-se ao ideário desenvolvimentista, explícito no projeto “Brasil Grande Potência”. Nesse contexto, a modernização da Universidade surgia como instrumento formador de recursos humanos e produtor de tecnologia para superação do atraso tecnológico do país. A reforma teve influência de consultores norte-americanos, expressa em documentos como o relatório Meira Matos (1968), bem como nos relatórios do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (1968-69).

O primeiro modelo dessa nova concepção de Universidade no Brasil foi a Universidade de Brasília, projetada por Darcy Ribeiro, tendo como Reitor Anísio Teixeira. A independência científica e cultural desse modelo resultou, também, em fortes agitações políticas, duramente reprimidas no período, que assistiu igualmente à extinção da UNE. A reforma foi estabelecida durante o Governo Costa e Silva, sob a gestão de Tarso Dutra no Ministério da Educação, e as principais medidas foram:

- extinção da cátedra vitalícia, substituída pelos departamentos como unidade de ensino e pesquisa;
- divisão do curso em ciclos: básico e profissional;
- adoção do sistema semestral e dos créditos por disciplina;
- consolidação das instituições privadas como assistidas pelo Poder Público;
- institui a autonomia universitária, que no entanto acaba limitada pelo controle do Conselho Federal de Educação;
- institui o vestibular unificado e classificatório;
- corpo docente de tempo integral e dedicação exclusiva;
- cria condições para articulação entre ensino e pesquisa em algumas instituições;
- institucionalização dos cursos de pós-graduação e das agências de fomento;
- as universidades podem se reorganizar diretamente ou mediante a reunião de estabelecimentos já reconhecidos.

Por prestar serviços para a comunidade, tanto na área educacional quanto na de serviço social, a Fundação obteve registros de utilidade pública do município, do estado e da União ainda no primeiro ano de funcionamento, antes mesmo da criação da Universidade. Posteriormente, recebeu também a certificação de filantropia, assunto que veremos mais adiante.

Figura 12: Registro de utilidade pública – município de Passo Fundo



Fonte: Acervo Fupf.

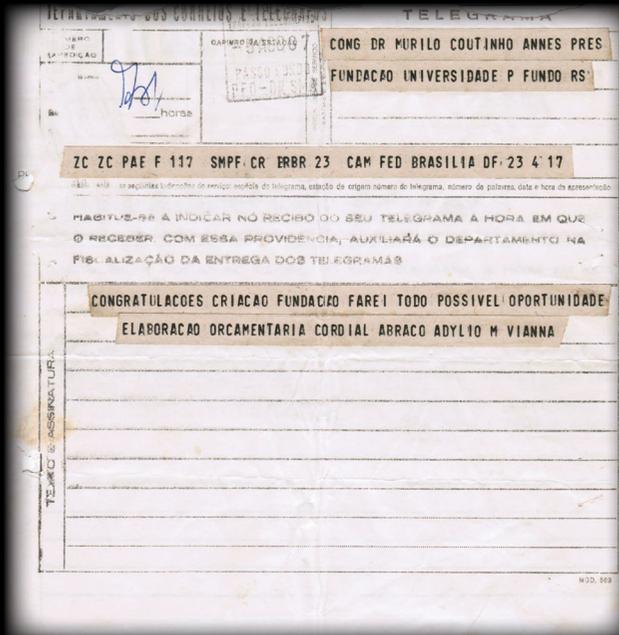
A criação da Fundação Universidade de Passo Fundo teve, assim, um duplo significado para a cidade de Passo Fundo. De um lado, representou o desfecho de um ciclo de disputas políticas entre as lideranças locais, que se respaldava no contexto político estadual e nacional. Por outro, significou o passo final da concretização de um projeto acalentado por quase 20 anos por representantes das sociedades local e regional, ou seja, a criação de uma universidade no Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

Ata (de criação) da Fundação Universidade de Passo Fundo

Aos treze dias do mês de maio de 1967, as 14h30 minutos em regime de Segunda convocação, presentes sócios ativos das Sociedades Pró-Universidade de Passo Fundo nos salões de Atos e Ofícios da Faculdade de Direito de Passo Fundo; atendendo convocação feita pelo senhor Presidente, nos termos do artigo 8º parágrafo 1º dos Estatutos Sociais, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme edital de convocação publicado no jornal “O Nacional” do dia 10 de maio de 1967: Criação da Fundação Universidade de Passo Fundo, com fusão das entidades mantenedoras de ensino superior em Passo Fundo.” Com a palavra o senhor Presidente Pe. Alcides Guareschi, expôs ao plenário as vantagens e necessidades da Fundação Universidade de Passo Fundo, com fusão das entidades mantenedoras de ensino superior em Passo Fundo e que nestas condições seriam o Consórcio Universitário Católico com a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. Após vários debates em relação à criação da Universidade de Passo Fundo em entidade de direito privado, o senhor Presidente solicitou ao plenário que se pronunciasse. Posta em votação a ideia da transformação da S.P.U. em fundação de direito privado, foi a mesma aprovada sem restrições, por unanimidade dos presentes. Em seguida o senhor Presidente submeteu ao plenário a votação para a fusão das entidades mantenedoras do ensino superior em Passo Fundo. Foi por unanimidade dos presentes aprovada admitir a possibilidade da concorrência do Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo na Fundação de Direito Privado Universidade de Passo Fundo, conforme foi anteriormente resolvido. Em seguida, a assembleia por unanimidade designou para elaborar juntamente com o Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo, o Estatuto da Fundação Universidade de Passo Fundo, a seguinte comissão: Dr. Eurípedes Facchini, Dr. Murilo C. Annes, Dr. Ruy Silveira, Dr. Bruno Markus, Dr. Flávio C. Annes, Dr. Nelson Serpa, Dr. Alcione Niederauer Correa, Dr. Alberi F. Ribeiro, Dr. Juarez Teixeira Diehl e professora Mercedes Cogo. Ato contínuo a assembleia fixou prazo de 30 dias para a comissão designada apresentar em plenário o Estatuto da Fundação Universidade de Passo Fundo, para o conhecimento e aprovação dos sócios ativos da S.P.U. E como nada mais houvesse a tratar, foi lavrada a presente ata, por mim, Miguel Langone, que serviu como secretário, a qual assino junto com os componentes da mesa e demais presentes (GUARESCHI, 2002, p. 45).

A Fundação Universidade de Passo Fundo recebeu cumprimentos de autoridades locais e nacionais. No acervo da Fupf, encontramos alguns telegramas e cartas de congratulações, como o da Figura 13, do então deputado federal Adylio M. Vianna.

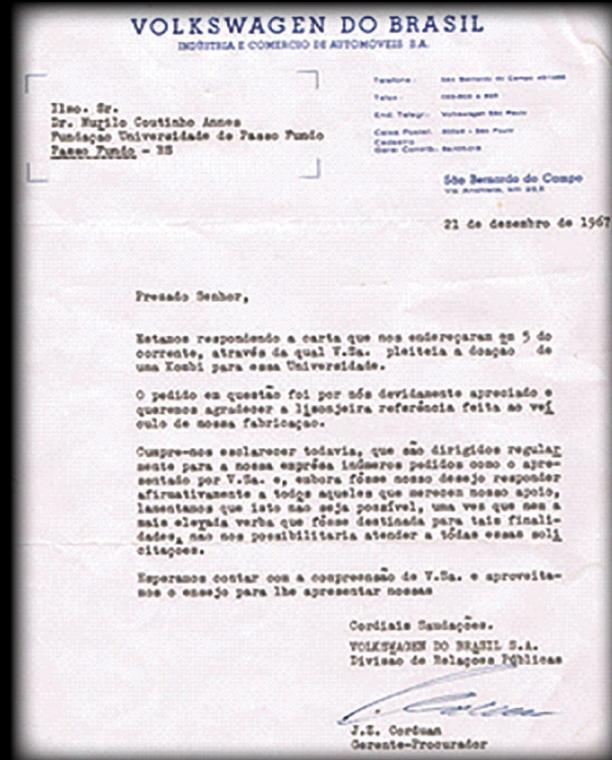
Figura 13: Telegrama de felicitações pela criação da Fundação, 04/08/1967



Fonte: Acervo Fupf.

No entanto, uma das tarefas iniciais foi a busca constante de recursos e contribuições. Ao lado de cartas endereçadas ao Poder Público, encontramos a resposta a um pedido feito ao setor privado, a Volkswagen do Brasil, conforme Figura 14. O apoio também veio do exterior (Figura 15).

Figura 14: Carta-pedido de veículo, 1967



Fonte: Acervo Fupf.

Figura 15: Chegada de equipamentos recebidos da Hungria e Alemanha Oriental em Passo Fundo, 1968



Fonte: Fotografia Czamanski. Acervo Fupf.

O processo de criação da Fundação nas imagens da imprensa

Figura 16: A polêmica entre os irmãos Santos e a SPU



Fonte: Acervo Arquivo Histórico Regional - AHR/UPF, Passo Fundo.

Figura 17: A criação da Fundação e da Universidade na imprensa de Passo Fundo



Fonte: Acervo AHR/UPF, Passo Fundo.

Figura 18: A criação da Fundação Universidade de Passo Fundo na imprensa local



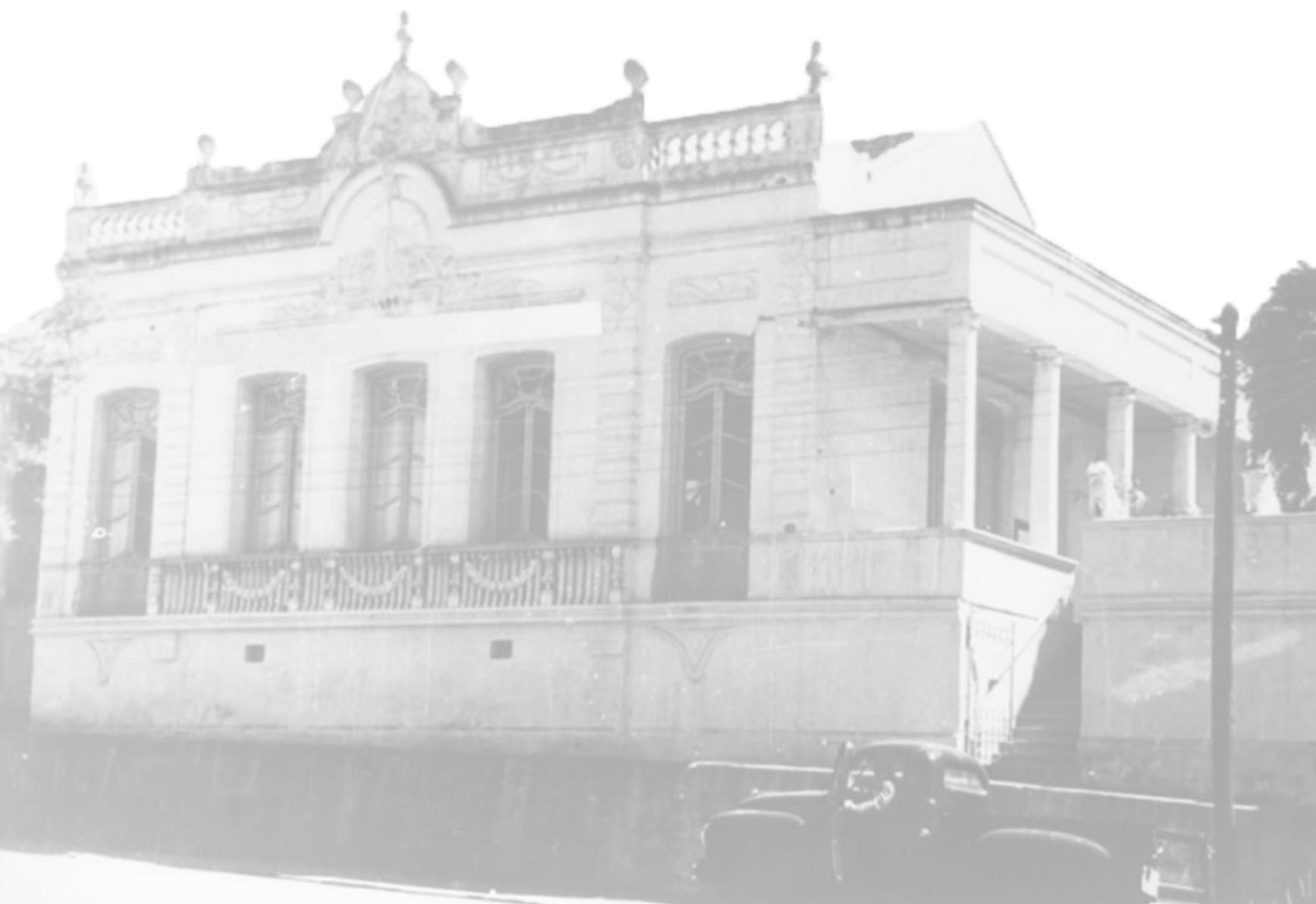
Fonte: Acervo AHR/UPF, Passo Fundo.

Figura 19: A criação da Fundação Universidade de Passo Fundo em O Nacional, 1967



Fonte: Acervo AHR/UPF, Passo Fundo.

Mantenedora e mantidas





No Brasil, desde o século XIX, desenvolveram-se iniciativas de criação de entidades para manter e patrocinar o ensino, na época, predominantemente, confessionais. Porém, é somente no período republicano, a partir da legislação de 1891, que essas entidades mantenedoras passam a existir juridicamente. Para Barroso e Fernandes (2007), a Lei nº 173, de 10 de setembro de 1893, é a “certidão de nascimento das mantenedoras”.

No caso das entidades para fins científicos, inclusive, essa lei desvinculava as associações (mantenedoras) do controle estatal, passando o controle civil, permitindo que a sociedade civil interessada na oferta do ensino superior se organizasse de duas formas distintas; **a mantenedora**, assim caracterizava aquela entidade de natureza educacional, regulada por normas cíveis, para que propiciassem as condições necessárias no sentido de que terceiros ministrassem o ensino; e **a instituição de ensino superior** em sentido estrito, assim denominada a estrutura adequada para a oferta do ensino, ou seja: a entidade de natureza acadêmica. [...] A esse respeito, o art. 1º determinava que “**as associações** que se fundarem para fins religiosos, moraes, **científicos**, artístico, políticos, ou de simples recreio, **poderão adquirir personalidade jurídica**, inscrevendo o contracto social no registro civil da circunscrição **onde se estabelecer a sua sede**” e o artigo 2º, prescrevia que “a inscrição far-se-á à vista do contrato social, **compromisso ou estatutos** autenticados, os quais ficarão arquivados no registro civil” (BARROSO; FERNANDES, 2007, p. 25, grifo do autor).

Essa é a base sobre a qual a legislação brasileira vai construindo a figura das mantenedoras educacionais. A definição de Mantenedora pode ser extraída do Thesaurus Brasileiro da Educação, do Inep/MEC, citado por Barroso e Fernandes:

Mantenedora é a “Instituição de direito público ou privado que se responsabiliza pelo provimento dos fundos necessários para a manutenção da instituição de ensino superior. Entidade com personalidade jurídica que mantém sob responsabilidade uma ou várias instituições de ensino e que provê os recursos necessários à instituição. 1. Quando a provisão de recursos emana do poder público, a Entidade mantenedora pode ser federal, estadual ou municipal, quando emana de pessoa física ou jurídica, de direito privado, a entidade será particular. 2. O Poder Executivo é a Entidade mantenedora das instituições públicas de ensino. **3. Toda escola particular, de qualquer grau, é obrigada a ter uma entidade mantenedora**”. Nesta mesma fonte, ao consultar sobre o termo “**mantenedora de direito privado**”, retorna a seguinte conceituação: “Pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado de Natureza Civil, sem fins lucrativos ou com fins lucrativos, de Natureza Comercial, com fins lucrativos, ou Fundação, sem fins lucrativos ou Organização Social” (2007, p. 6, grifo do autor).

A grande diferença, portanto, entre mantenedora e mantida é que a primeira possui personalidade jurídica, enquanto a segunda não. Ambas, embora atuem em campos distintos, estão intimamente conectadas. De acordo com o parecer do CNE/CES nº 282/2002, de au-

toria de Lauro Ribas Zimmer, atuando uma no campo econômico e a outra no acadêmico, há duas estruturas organizacionais.

Incumbe à mantenedora constituir patrimônio e rendimentos capazes de proporcionar instalações físicas e recursos humanos suficientes para a mantida funcionar. Cabe-lhe também, e decerto, gerir tais insumos de modo a garantir a continuidade e o desenvolvimento das atividades da mantida. Já a essa última cabe cumprir o objetivo central de instituição da mantenedora, que consiste na implantação e no funcionamento de um estabelecimento de ensino superior. Cabe-lhe, então, promover o ensino, a pesquisa e a extensão em nível superior (ZIMMER, 2007, p. 2).

As mantidas pela Fundação Universidade de Passo Fundo

As mantidas da mantenedora Fundação Universidade de Passo Fundo são a Universidade de Passo Fundo, o Centro de Ensino Médio Integrado e a UPF Idiomas. A Universidade é a principal mantida, sendo a razão de ser da Fupf, que foi instituída para possibilitar a criação da Universidade, portanto, não há necessidade de apresentá-la aqui. Como sua história acompanha a da Fundação de forma indissociável, ela está presente em todo o texto. Já as mantidas menores, a UPF Idiomas e o Integrado, carecem de uma pequena apresentação enquanto mantidas da Fundação.

A escola de 2º Grau é criada como mantida da Fupf em 18 de setembro de 1989, quando é aprovada em ata do Conselho Diretor. Fica estabelecido que a escola se regerá pelo Estatuto da Fundação Universidade de Passo Fundo e pelo seu próprio regimento aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Sul. Os professores serão admitidos via concurso, com homologação do Conselho Diretor e com a possibilidade de cedência de professores da Universidade ou do Poder Público.

Em outubro de 2000, por meio da criação de campanha publicitária para o ensino médio da Fupf, realizada pela Agência Experimental Publicidade e Propaganda da UPF, foi criada uma marca para a escola, que passou a adotar o nome de “Ensino Médio Integrado UPF” – a qual foi aprovada pelos conselheiros, com a manutenção das cores da marca UPF.

Figura 20: Mantida: Centro de Ensino Médio Integrado UPF



Fonte: Agecom/UPF.

A inclusão da UPF Idiomas como uma mantida da Fundação Universidade de Passo Fundo ocorreu em 3 de junho de 2003, ata nº 847. A proposta foi feita pela Reitoria da Universidade de Passo Fundo, que sugeriu que a Fundação transformasse a escola em uma nova mantida, com o nome de Centro de Línguas – mantendo o nome fantasia de UPF Idiomas. O Conselho aprovou o Regimento e o Plano Pedagógico do Centro de Línguas da Fundação Universidade de Passo Fundo.

Ata nº 847 – 02.6.2003

[...] Na oportunidade, os conselheiros e demais presentes debateram amplamente o assunto e aprovaram por maioria a proposta de criação de uma nova mantida. Sintetizando, o Conselho Diretor, por maioria, decidiu: a) criar uma nova mantida, conservando o nome fantasia de “UPF Idiomas”, absorvendo a atual UPF Idiomas, conforme proposta da Reitoria, mas com orientação pedagógica própria; b) criar uma comissão para elaborar toda a regulamentação da nova mantida; [...].

Ata nº 457 – 18.9.1989

[...] **Escola de 2º grau** = Após ter examinado o expediente preparado pela Comissão Especial sob diversos aspectos de manutenção e funcionamento da escola, houve manifestação unânime quanto à conveniência do funcionamento da mesma e resolveu criar a Escola de 2º grau, a ser mantida pela Fundação Universidade de Passo Fundo. Deverão ainda ser examinados, oportunamente, aspectos administrativos e financeiros relacionados com a implantação. O expediente será encaminhado ao Conselho Estadual de Educação para efeito de autorização de funcionamento da escola.

Figura 21: Mantida: UPF Idiomas



Fonte: Acervo Agecom/UPF.

Figura 22: Mantida: UPF Idiomas



Fonte: Fotografia Fabiana Beltrami. Acervo Agecom/UPF.

*A história da Fundação Universidade
de Passo Fundo pelas atas
do Conselho Diretor*



Desde sua constituição, em 28 de junho de 1968, todas as reuniões do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Passo Fundo, as pautas tratadas, bem como as decisões sobre as ações da instituição estão nas atas registradas, ainda hoje, no mesmo livro de Atas.

É difícil contar a história da Fupf, sem que ela se confunda com a história da Universidade. Na verdade, isso é impossível, pois mantenedora e mantida têm o sentido de sua existência exatamente na dependência uma da outra. Entretanto, cada uma possui atribuições e identidade específicas, mesmo que interligadas. O livro de Atas é revelador nesse sentido. Nele, podemos entender as relações entre mantenedora e sua principal mantida e, sobretudo, conhecer o papel específico da Fundação. Guardado em um cofre na sala da Fundação, o livro cinquentenário, já bastante desgastado pela ação do tempo, vai adquirindo um caráter simbólico, quase sagrado, guardião da memória da Fundação Universidade de Passo Fundo. Por isso, optamos por contar a história da Fupf folheando algumas de suas páginas ao longo desses breves 50 anos.

Figura 23: Livro de Atas, 1967

Ata nº 1 -
 Aos trinta e três (33) dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e sete (1967), às vinte (20) horas, nesta cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, na sala da Congregação da Faculdade de Direito, reuniram-se os professores Drs. Manoel C. Amnes, Euripedes Facchini, Bruno E. Haukeus, Alcides Guareschi, João Pataloni, Juarez T. Diehl, e Alcides J. Costa (Secretário), membros do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Passo Fundo, na forma Estatutária. Por aclamação assumindo a direção dos trabalhos o prof. Alcides Guareschi convidou para secretário "ad-hoc" a mim, Alberto F. Rufino, e disse que, estando todos os conselheiros presentes e constituída a mesa, declarava instalada esta primeira (1ª) reunião do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Passo Fundo. A seguir, o prof. Alcides Guareschi, na conformidade da ordem do dia, apresentou o projeto de "Estatuto da Universidade de Passo Fundo". Após o término, pelo prof. Guareschi foi o projeto de estatuto posto em discussão pelos membros do Conselho Diretor. Após ampla discussão, o "Estatuto da Universidade de Passo Fundo", constituído de oitenta

de oitenta e dois (82) artigos, foi aprovada, em redação final, pelo Conselho Diretor, conforme o estatuto, devidamente autenticado pelos Conselheiros. Em seguida, o Conselho Diretor, sem discussão de votos, ratificou, integralmente, o "Termo de Convênio entre a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Fundação Universidade de Passo Fundo, entidade que mantém a Faculdade de Medicina de Passo Fundo" para o estabelecimento de interações culturais, científicas e educacionais", firmado em 29 de junho último (1967), pelo prof. Alcides Guareschi e Dr. Alberto Rufino, como representantes da Fundação.

Finalmente, o Conselho Diretor, por unanimidade de votos, deliberou outorgar mandato ao prof. Alcides Guareschi para representar e defender os interesses da Fundação junto ao Ministério de Educação e Cultura e órgãos afins para criação da Universidade de Passo Fundo, bem como para requerer o encaminhamento do processo da Faculdade de Medicina de Passo Fundo e faculdades junto ao Ilac a respeito autorização de funcionamento, conforme autorização da assessoria.

E, como não há mais assuntos a tratar e ninguém quiser fazer uso da palavra, foi encerrada a sessão.

E, para constar, leu-se a presente ata que, após, lida e achada

conforme foi determinado assessoria
 Euripedes Facchini, Secretário
 "ad-hoc", e redator e rubricado.

Alcides Guareschi
 Alberto Rufino

Ata nº 2
 Aos dezasseis (16) dias do mês de julho de um mil novecentos e sessenta e sete (1967), às vinte (20) horas, nesta cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, na sala da Congregação da Faculdade de Direito, reuniram-se os professores titulares do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Passo Fundo, Drs. Manoel C. Amnes, Alcides Guareschi, Euripedes Facchini, Bruno Haukeus, Juarez Teixeira Diehl, Carlos da Cunha Facchi, Eli Benineá (suplente em exercício) e mais os suplentes, Drs. Alcione C. Bonin, Romari Lampert e Ruy G. Silveira, - com a finalidade de eleger o Presidente e Vice do Conselho. Assumiu a presidência dos trabalhos, por indicação unânime dos presentes, o prof. Alcides Guareschi, que convidou para secretário "ad-hoc" o Dr. Juarez Teixeira Diehl, declarando a seguir, aberta a presente sessão, tendo em vista a presença total dos conselheiros. Com a palavra o Dr. Manoel C. Amnes, fez ampla explanação acerca das

Fonte: Acervo Fupf.

Ata nº 1 – 03.7.1967

Aos três (3) dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e sete (1967), às vinte (20:00) horas, nesta cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, na Sala da Congregação da Faculdade de Direito, reuniram-se os professores drs. Murilo C. Annes, Eurípedes Facchini, Bruno E. Markus, Alcides Guareschi, João Patalon, Juárez T. Diehl e Alcione N. Corrêa (suplente), membros do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Passo Fundo, na forma Estatutária. Por aclamação assumindo a direção dos trabalhos o Prof. Alcides Guareschi convidou para secretário “ad hoc” a mim, Alberi F. Ribeiro, e disse que, estando todos os conselheiros presentes e constituída a mesa, declara instalada esta primeira (1ª) reunião do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Passo Fundo. A seguir, o Prof. Alcides Guareschi, na conformidade da ordem do dia, apresentou o projeto de “Estatuto da Universidade de Passo Fundo”. Ato contínuo, pelo Prof. Guareschi foi o projeto de estatuto posto em discussão pelos membros do Conselho Diretor. Após ampla discussão, o “Estatuto da Universidade de Passo Fundo”, constituído de oitenta e dois (82) artigos, foi aprovado, em redação final, pelo Conselho Diretor, conforme estatuto devidamente autenticado pelos Conselheiros. Em seguida, o Conselho Diretor, sem discordância de votos, ratificou, integralmente, o “Termo de Convênio entre a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio grande do Sul e a Fundação Universidade de Passo Fundo”, entidade que manterá a Faculdade de Medicina de Passo Fundo, para o estabelecimento de intercâmbio cultural, científico e educacional, firmado em 29 de junho último (1967), pelo Sr. Alcides Guareschi e dr. Admar Petracco, como representantes da Fundação. Finalmente, o Conselho Diretor, por unanimidade de votos, deliberou outorgar mandato ao prof. Alcides Guareschi para representar e **defender os interesses da Fundação junto ao Ministério da educação e Cultura e órgãos afins para criação da Universidade de Passo Fundo**, bem como para requerer o desarquivamento do processo da Faculdade de Medicina de Passo Fundo e peticionar junto ao MEC a respectiva autorização de funcionamento, conforme procuração ora assinada. E como mais nada houvesse a tratar...

A criação da primeira mantida: a Universidade de Passo Fundo

Reproduzimos, aqui, a primeira ata na íntegra. Ela anuncia o objetivo primeiro, para o qual foi criada a Fundação, ou seja, a criação da Universidade de Passo Fundo. Como razão de ser da Fundação, esse tema estará presente em todas as atas, ao longo do primeiro ano de atividade da instituição, culminando com a formalização da criação da Universidade, em 2 de abril de 1968, a partir das faculdades já existentes que estavam, então, sob controle da Fupf, conforme já assinalado. Sob o Decreto nº 62.835, o nascimento da UPF foi publicado no Diário Oficial em 6 de junho do mesmo ano (GUARESCHI, 2002). A assinatura do decreto foi feita pelo Presidente da República, Arthur da Costa e Silva, no Palácio Piratini, em Porto Alegre, junto com ministros e demais autoridades, inclusive prefeitos da região.

Intrínseca à instituição da Universidade estava a criação do curso de Medicina, antiga ambição do grupo que esteve à frente das primeiras iniciativas relativas à promoção de cursos superiores na região do Planalto.

- ◇ **Ata nº 2 – 18.07.1967.** [...] Com a palavra o Presidente, prestou contas de sua recente estada na Guanabara, onde juntamente com o dr. Sabino Dias, tomou uma série de providências no sentido da **criação da Universidade e Faculdade de Medicina de Passo Fundo**
- ◇ **Ata nº 6 – 15.09.1967** [...] Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Pe. Alcides, que comunicou que o Processo da Faculdade de Medicina já passara pela Câmara de Planejamento, estando na de Ensino Superior, devendo ir a plenário imediatamente. Quanto ao Processo da Universidade, muito embora encontrada a cópia da inspeção e parecer do senhor Penido, provavelmente baixaria para nova inspeção [...].
- ◇ **Ata nº 12 – 26.12.1967** [...] Aberta a sessão pelo Sr. Presidente, dr. Murilo C. Annes, pelo mesmo foi dado conhecimento ao Conselho Diretor da Fundação Universidade de Passo Fundo, do **Parecer sob nº 497/67, da Câmara de Ensino Superior – 2º grupo, referente a criação da Universidade de Passo Fundo, o qual concluiu favoravelmente a fundação da Universidade**, havendo, entretanto, feito algumas restrições quanto a organização administrativa da Universidade e de suas relações com a Entidade Mantenedora. Exposto o assunto pelo senhor Presidente, e após amplos debates, o Conselho Diretor, por unanimidade, resolveu alterar o Estatuto da Universidade, na forma indicada pelo referido parecer [...].

MEC-USAID E A FUNDAÇÃO FORD

Nos anos 1960, o Brasil, por meio do Ministério da Educação (MEC), fez uma série de acordos com a United States Agency for International Development (USAID). Os convênios eram de assistência técnica e ajuda financeira, estimulando um modelo educacional tecnicista e baseado na teoria do capital humano, que acabou sendo contemplado pela Reforma Universitária de 1968.

A Fundação Ford atuava no Brasil, nos anos 1960, oferecendo auxílios a pesquisadores, acadêmicos e instituições, contribuindo para a infraestrutura de instituições com bibliotecas e equipamentos, bem como para a estruturação do campo científico no Brasil.

A atuação da Fundação Ford exerceu forte influência intelectual nos países latino-americanos. Alinhada à política dos Estados Unidos da *Aliança para o Progresso*, empenhou-se em estabelecer, nas universidades latino-americanas, o padrão de produção científica norte-americano.

O processo de criação da Universidade ocorria em conjunto com a Reforma Universitária, efetivada em 1968, que contou com importante orientação norte-americana, sobretudo por meio da Fundação Ford e dos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Nessa conjuntura, os Diretores da Fundação, Murilo Coutinho Annes e Pe. Alcides Guareschi, receberam incentivos da Fundação Ford para viagem aos Estados Unidos com a finalidade de conhecer o sistema universitário daquele país.

Ata nº 09 - 25-10-1967

[...] com a palavra o Presidente comunicou aos presentes que, juntamente com o conselheiro Alcides Guareschi, estaria ausente por um mês, em viagem de estudos aos Estados Unidos da América do Norte, face a uma bolsa concedida pela Fundação Ford. Como nada mais havia a tratar [...].

Figura 24: Viagem de Annes e Guareschi aos Estados Unidos



Fonte: Acervo Fupf.

A cidade universitária

A cidade universitária já era um projeto antes mesmo da existência da Fundação. Em 1956, a imprensa noticia o lançamento do marco inaugural da cidade universitária pela SPU. Entretanto, somente com a instituição da Fundação criam-se condições jurídicas e financeiras para consolidação do projeto, que teve início em 1973, no Bairro São José, na propriedade adquirida da família de Antônio Azambuja (550.000 m²) e mais uma parte de terras doadas pelo mesmo proprietário (50.000 m²). Posteriormente, outras aquisições passaram a compor a área do atual *campus*, que é de, aproximadamente, 380 hectares, conforme Guareschi (2012).

Por ocasião da criação da Universidade, os cursos das Faculdades de Agronomia, Odontologia, Ciências Econômicas, Direito, Filosofia e do Instituto de Artes ocorriam nos prédios no centro da cidade, nos prédios da antiga SPU e do CUC.

O modelo dos *campi* universitários

É a partir das mudanças nas universidades do Brasil nos anos 1960 que as instituições brasileiras passaram a adotar o sistema de *campus*. Esse modelo foi influência direta dos Estados Unidos, sobretudo a partir dos convênios entre o governo brasileiro e agências norte-americanas, em colaboração com os acordos MEC-USAID. A implantação do modelo teve grande receptividade das reitorias das universidades, bem como estímulo do Conselho Federal de Educação.

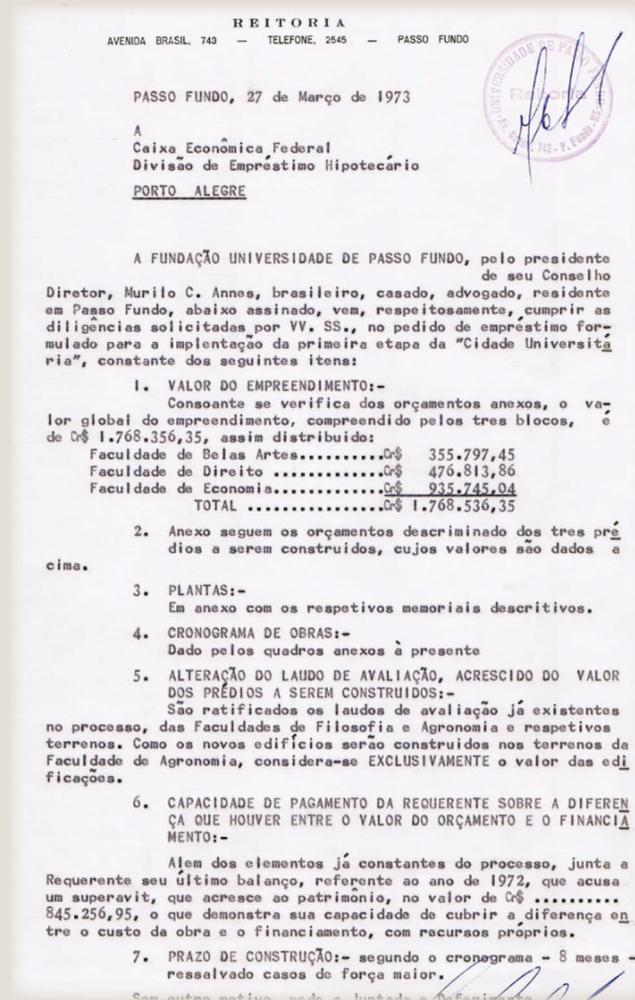
Instalados, geralmente, em locais afastados da cidade, os *campi*, conforme Pinto e Buffa (2009), deveriam “[...] ser um lugar agradável e bem equipado para as atividades de ensino, pesquisa, esportes e lazer. Desde as primeiras propostas de *campi*, o zoneamento por áreas de atividade já fica evidente. Edifícios com atividades afins agrupavam-se em função de suas especialidades. Pequenas regiões abrigavam, como ainda acontece, os conjuntos formados por estes prédios: institutos ou centros e seus departamentos, alojamentos, refeitórios etc.” (2009, p. 5744).

O primeiro prédio a ser inaugurado no novo *campus* foi o da Agronomia, tendo grande repercussão na imprensa. A área era distante do centro da cidade e, segundo Guareschi (2002), era um descampado utilizado para o cultivo do trigo, onde, em 1973, o Presidente da República, Emílio Garrastázú Médici, inaugurou a Festa Nacional da Colheita do Trigo. Os prédios seguintes, posteriores a essa primeira fase, foram os das Faculdades de Direito, Ciências Econômicas e de Artes. Na sequência, o centro esportivo e a Faculdade de Educação.

O projeto da cidade universitária contou com auxílio financeiro do MEC e outros recursos, como venda antecipada de créditos, porém, sua viabilidade foi possível, sobretudo, com a contratação de um empréstimo da Caixa Econômica Federal, dando início ao modelo de financiamento que guiará a estratégia dos investimentos em construção física da Universidade, assim descrita por Guareschi:

[...] Feita a quitação do empréstimo, nova operação era realizada com vistas a novas construções, ou à aquisição de novos equipamentos. Em alguns momentos foram alienados bens imóveis que a entidade mantinha no centro da cidade com vistas a sua imobilização no *campus* (2012, p. 100).

Figura 25: Solicitação de empréstimo à Caixa Econômica Federal



Fonte: Acervo Fupf.

Figura 26: Futuras instalações da cidade universitária, início de 1970



Fonte: Fotografia Czamanski. Acervo Agecom/UPF.

Figura 27: Inauguração da colheita do trigo pelo Presidente Emilio Garaztazu Médici, 1970



Fonte: Acervo Fupf.

Ata nº 132 – 22.05.1973

Aos vinte e dois (22) dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e três (1973), nesta cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, na Sala da Congregação da Faculdade de Direito, reuniram-se os membros do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Passo Fundo drs. Murilo Coutinho Annes, Alcides Guareschi, Bruno Edmundo Markus, Rodoaldo Damim, José Carlos Moraes, Acioly Rösing, Ernani Arnaldo Lampert e mais os suplentes: Eloy Pereira Vieira, Eli Benincá, Liana Barbieux Oliveira e Aloísio Grings. Estiveram presentes também os membros do Conselho Universitário. O senhor Reitor explicou o mecanismo e o parcelamento do pagamento do empréstimo que a Universidade está pleiteando junto à Caixa Econômica Federal, para o início das obras da Cidade Universidade. Discutiu-se amplamente o empasse, em que a Universidade se encontra, no seu atual estado de desenvolvimento. A urgência e necessidade de partir para a construção de novas salas de aula e a situação econômica foram analisadas e discutidas. Não há como fugir da construção, razão porque deverá ser implantada a redução de despesas para canalizar os recursos financeiros. Feita a leitura dos termos do Contrato a ser firmado com a Caixa Econômica Federal e estudadas as cláusulas, foi aprovado por unanimidade. Como nada mais havia a tratar [...].

Figura 28: Primeiras construções do *campus* da Universidade de Passo Fundo, década de 1970



Fonte: Fotografia Czamanki. Arquivo Central/UPF.

Figura 29: Primeiras construções do *campus* da Universidade de Passo Fundo, década de 1970



Fonte: Fotografia Czamanki. Arquivo Central/UPF.

À medida que a Universidade crescia, a cidade universitária adaptava sua estrutura física às novas necessidades de ensino e pesquisa. Não somente com construções de prédios para os novos cursos que foram sendo criados, mas, também, com adaptação às novas tecnologias nos diferentes campos de pesquisa: equipamentos, laboratórios, biblioteca, entre outros. Da mesma forma, o aumento progressivo do número de alunos trouxe a necessidade de adequações estruturais para o atendimento da demanda de serviços e circulação de pessoas no espaço do *campus*. Assim, melhorias em vias de acesso, serviços de ônibus, vigilância e instalação de lancherias foram sendo, gradualmente, implantadas.

Figura 30: Faculdade de Agronomia, primeiro prédio do *campus*, década de 1970



Fonte: Fotografia Czamanki. Arquivo Central/UPF.

Figura 31: Vista panorâmica do *Campus I*, virada do século XX



Fonte: Acervo Agecom/UPF.

Nas atas da Fundação, podemos encontrar as discussões e resoluções tomadas para a realização desses investimentos. As pautas das reuniões do Conselho Diretor incluíam desde financiamentos até projetos arquitetônicos, incluindo os editais para seleção dos fornecedores e prestadores de serviços. Destacam-se, nesse sentido, os projetos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de 1995, que foram tema de amplas discussões pelo Conselho Diretor, conforme podemos acompanhar a partir dos trechos extraídos das atas. O Plano BNDES I previu a construção dos prédios das Faculdades de Odontologia, Arquitetura, do Mestrado em Ciências Agrárias, da Biblioteca Central, da Central de Salas de Aula e do Centro de Eventos.

Ata nº 631 – 04.12.1995

[...] 2. Ref. financiamento **BNDES** = Foi apresentado relato a respeito do curso do processo de financiamento junto ao BNDES, que tem como objetivo a obtenção de recursos para investimentos na Instituição - equipamentos e construções - com vistas à expansão da Universidade. Foi informado que, do ponto de vista técnico, o projeto da Fupf foi considerado de boa qualidade, tendo sido aprovado pelo Comitê competente do Banrisul. Em próxima reunião, de posse de mais dados, o Conselho Diretor deverá analisar e aprovar os termos dos contratos para sua assinatura [...].

Ata nº 632 – 11.12.1995

[...] 2. Ref. contrato de financiamento **BNDES** = Inicialmente, a Assessoria de Planejamento apresentou algumas variáveis referentes ao projeto de financiamento BNDES/Fupf, como: valores do empreendimento; área total do empreendimento; liberação de recursos pelo BNDES; contrapartida da Fupf e pagamento do financiamento. Analisados os dados apresentados, dirimidas dúvidas, informações e esclarecimentos prestados, mormente quanto à viabilidade financeira de desembolso dos valores da contrapartida e do pagamento do financiamento, o Conselho Diretor aprovou, por unanimidade, a proposta do projeto de financiamento BNDES - cujos dados constam a seguir: a) Valor total do empreendimento: R\$ 5.273.405,01, sendo 83,60% POC Aut. (para construções); 9,37% FINEP (para equipamentos) e 7,03% FINAME (para máquinas). b) Área total das construções: 12.380,69 m², [...].

Figura 32: Construção do prédio da Odontologia, 1996



Fonte: Fotografia Czamanski. Acervo Faculdade de Odontologia/UPF.

Figura 33: Inauguração da Biblioteca Central



Fonte: Acervo Fupf.

Figura 34: Biblioteca Central UPF



Fonte: Acervo Agecom/UPF.

Ata nº 696 – 18.5.1998

[...] 3. Ref. Projeto **MEC-BNDES II** = Em reuniões anteriores o Conselho Diretor aprovou o encaminhamento, para fins de financiamento junto ao MEC-BNDES II, dos seguintes projetos: Hospital Veterinário, *Campus Carazinho*, Faculdade de Artes e Comunicação, Auditório da Faculdade de Economia e Administração e Centro de Eventos. Na presente reunião, os conselheiros tomaram conhecimento dos dois projetos restantes: Engenharia de Alimentos e Centro Administrativo. Após solicitações de esclarecimentos e informações prestadas, entendeu o Conselho Diretor solicitar mais elementos para poder se pronunciar, em especial uma projeção das respectivas receitas e despesas, prioridades, entre outros dados [...].

Ata nº 699 – 08.6.1998

[...] 1. **Projeto BNDES II** = Na sessão de 7.7.97 - Ata nº 667, o Conselho Diretor aprovou proposta de pedido de enquadramento da Fupf no Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições do Ensino Superior - Protocolo MEC/BNDES II, com vistas à SESu/MEC. Na presente sessão, após a apresentação de projeção de dados relativos à capacidade de pagamento da Fupf para os próximos dez anos, o Conselho Diretor aprovou a execução dos projetos do programa BNDES II, devendo ser atendida a seguinte ordem de construção: 1) Hospital Veterinário, 2) Engenharia de Alimentos, 3) *Campus Carazinho*, 4) Auditório da Faculdade de Economia e Administração, 5) Faculdade de Artes e Comunicação - ampliação - e 6) Centro de Eventos. Ficou definido, também, em razão de o *Campus Carazinho* ter sido construído com recursos próprios, que os valores destinados ao mesmo sejam revertidos para a implementação dos laboratórios do curso de Farmácia. Definiu, igualmente, o Conselho Diretor que o saldo do projeto BNDES II será aplicado na aquisição de equipamentos [...].

Figura 35: Obras do Hospital Veterinário



Fonte: Setor de Engenharia/UPF.

Figura 36: Hospital Veterinário



Fonte: Fotografia Fabiana Beltrami. Acervo Agecom/UPF.

Figura 37: Centro de Eventos UPF – construção



Fonte: Setor de Engenharia/UPF.

Figura 38: Centro de Eventos UPF



Fonte: Setor de Engenharia/UPF.

Figura 39: Prédio da Faculdade de Engenharia de Alimentos – construção



Fonte: Setor de Engenharia/UPF.

Figura 40: Prédio da Faculdade de Engenharia de Alimentos – UPF



Fonte: Setor de Engenharia/UPF.

Figura 41: Museu Zoobotânico Augusto Ruschi – Muzar – UPF



Fonte: disponível em: <<http://www.telsulconstrutora.com.br/obra/muzar/>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

Ata nº 845 – 19.5.2003

[...] 2. Projeto **BNDES IV** = O Sr. Vice-Reitor Administrativo e a equipe de assessores apresentaram, na presente sessão, uma relação de obras solicitadas pelas unidades e pelos *campi* - construções, reformas e infra-estrutura -, com um investimento estimado em vinte e um milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, vinte e dois reais e noventa e quatro centavos. Inicialmente foram apresentadas algumas variáveis referentes ao projeto de financiamento BNDES, como: área total do empreendimento; valores do empreendimento; liberação de recursos pelo BNDES; contrapartida da Fupf e pagamento do financiamento. Após a apresentação de projeção de dados relativos à capacidade de pagamento da Fupf para os próximos dez anos. Analisados os dados apresentados, dirimidas dúvidas, informações e esclarecimentos prestados, mormente quanto à viabilidade financeira de desembolso dos valores da contrapartida e do pagamento do financiamento, o Conselho Diretor aprovou, por unanimidade, a proposta do projeto de financiamento BNDES IV, com vistas à SESU/MEC – [...] b) Área total das edificações a serem construídas: 19.860 m², sendo 510 m² – Ampliação da Faculdade de Odontologia; 4.000 m² – Faculdade de Direito; 1.540 m² – Ampliação da Faculdade de Educação; 3.000 m² – Curso de Farmácia; 3.000 m² – Instituto de Ciências Biológicas; 1.000 m² – Ampliação da Morfologia; 500 m² – Muzar; 2.500 m² – *Campus* Lagoa Vermelha (1ª etapa); 810 m² – Ampliação *Campus* Palmeira das Missões; 3.000 m² – Central de Serviços; Implantação de Grupo Gerador; Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto e Implantação da Central de Resíduos. c) Área total das reformas: 20.838,42 m². d) Valor do financiamento – R\$ 17.555.218,35 [...].

Figura 42: Centro de Convivência UPF – construção



Fonte: Setor de Engenharia/UPF.

Figura 43: Centro de Convivência UPF



Fonte: Setor de Engenharia/UPF.

Bolsas de estudo

Como a razão de ser de uma fundação é a prestação de serviços para a sociedade – finalidade social –, a questão da disponibilidade de bolsas de estudos a alunos que necessitam desse auxílio para sua formação adquire centralidade no seu desenvolvimento, sendo uma pauta constante nas discussões do Conselho Diretor, registradas nas atas. Ao longo desses 50 anos, a Fundação foi construindo e definindo os critérios para concessão de bolsas, bem como diferentes programas e modalidades, condicionados, em parte, pela conjuntura econômica do país.

A maior parte dos recursos financeiros da Fundação advém do pagamento das semestralidades pelos alunos. O restante provém da captação de recursos externos, doações, auxílios da União, do estado e do município (GUA-RESCHI, 2002). Portanto, o número de bolsas concedidas influencia diretamente o orçamento da Fundação, cujo equilíbrio garante a sua viabilidade e expansão. Por outro viés, a concessão de bolsas e auxílios garante o ingresso e a permanência de um maior número de alunos na Universidade. A Fundação tem, assim, um importante papel de mediadora entre a demanda da comunidade, no que diz respeito ao número de bolsas de estudos concedidas, e a necessidade do equilíbrio das contas para manutenção do atendimento de qualidade à comunidade.

Assim, a Fundação tem analisado, ao longo dos anos, desde pedidos de bolsas individuais com justificativas pessoais até pedidos via formulário no sistema, inseridos em modalidades específicas com critérios previamente definidos.

Ata nº 37 – 05.09.1968

[...] Aberta a sessão pelo Sr. Presidente, dr. Murilo Annes, este concedeu a palavra ao dr. Eurípides Facchini, que em nome da comissão designada para apreciar os pedidos de bolsas de estudo, concedidas pelas diversas faculdades, apresentou relatório, onde comunicou a **concessão de 153 (cento e cinqüenta e três) bolsas** pela Universidade e 25 (vinte e cinco) por outros Órgãos Públicos, e fez sugestões para alterar o Regimento de Bolsas. O Conselho apresentou votos de louvor à Comissão [...].

Figura 44: Carta solicitação de bolsa de estudos de 1967

Exmo Sr Dr Murilo Annes. DD, Presidente Fundação Universidade
Passo Fundo - RS .

_____, brasileiro, casado, _____
_____, residente a rua _____, nesta ci-
dade., cursando _____ Faculdade de Direito-
de Passo Fundo, tendo um rendimento mensal de R\$ 207,93
(Duzentos e sete cruzeiros novos e noventa e três conta-
vos), a expensas deste vivem a esposa e seus dois filhos
pequenos, tendo até o momento sempre custeado as despe-
sas com seus estudos, procurando ainda comprar os livros
pelo menos essenciais para cursar a Faculdade, vem pelo
presente requerer a V.Excia se digne a conceder lhe uma
bolsa de estudo, em vista de sua situação.

N. Termos
P. Deferimento

Passo Fundo, 24 de agosto de 1967

Paulo Bortolotto

Fonte: Acervo Fupf.

Nos anos 1960, não havia, ainda, critérios definidos sobre a concessão de bolsas de estudos. Os alunos enviavam cartas particulares explicando os motivos da solicitação, as quais eram analisadas uma a uma. Atualmente, com o grande volume de alunos e de solicitações, existem critérios definidos de acordo com a modalidade de bolsa solicitada. A seleção dos contemplados é feita por meio de formulários preenchidos, geralmente on-line, à medida que o solicitante se adequa aos critérios pré-estabelecidos.

Figura 45: Formulário solicitação de bolsa Fupf atual

ANEXO I – Ficha de Inscrição

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
SETOR PROUNI
Campus I – Rodovia BR 285 - Km 292 - Bairro São José
Passo Fundo – RS – CEP 99.052-900
Fone (54) 3316-8413
E-mail: prouni@upf.br
CNPJ: 92.034.321/0001-25

Forma de Ingresso: _____ (vestibular, reingresso, transferência, reabertura)

Dados do candidato

Matrícula: _____ Nome: _____
Data de nascimento: ____/____/____ C. Identidade: _____ CPF: _____
Curso: _____
Nacionalidade: _____ Profissão: _____
Endereço residencial: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
Fone: _____ E-mail: _____
Endereço (comercial): _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
Fone (comercial): (____) _____ **Renda bruta: R\$** _____

Questionário socioeconômico

Pessoa com deficiência? Sim Não
Professor da rede pública de ensino? Sim Não
Doença grave no grupo familiar? Sim Não
Tipo de moradia: Própria Financiada Alugada Outra
O candidato cursou todo o ensino médio em escola pública? Sim Não ou cursou todo o ensino médio em instituição privada com bolsa integral: Sim Não
O candidato se declara de raça: Negra Indígena Parda Branca Outra
Outro membro do grupo familiar estuda em instituição de ensino paga: Sim Não
O candidato possui diploma de curso superior? Sim Não

Grupo familiar

Nome completo: _____
Data de nascimento: ____/____/____ C. Identidade: _____ CPF: _____
Parentesco: _____ Profissão: _____ Escolaridade: _____
Onde trabalha: _____ **Renda bruta: R\$** _____

Nome completo: _____
Data de nascimento: ____/____/____ C. Identidade: _____ CPF: _____
Parentesco: _____ Profissão: _____ Escolaridade: _____
Onde trabalha: _____ **Renda bruta: R\$** _____

Nome completo: _____
Data de nascimento: ____/____/____ C. Identidade: _____ CPF: _____
Parentesco: _____ Profissão: _____ Escolaridade: _____
Onde trabalha: _____ **Renda bruta: R\$** _____

Nome completo: _____
Data de nascimento: ____/____/____ C. Identidade: _____ CPF: _____
Parentesco: _____ Profissão: _____ Escolaridade: _____
Onde trabalha: _____ **Renda bruta: R\$** _____

EDITAL BOLSA FUPF – 2017-1 Página 8 de 10

Fonte: Acervo Fupf.

A distribuição das bolsas de estudos concedidas pela Fupf ao longo dos anos

Ata nº 220 – 24.4.1978

[...] 1. Bolsas de estudo para 1978 = O Conselho aprovou 88 (oitenta e oito) bolsas de estudo para o ano letivo de 1978, conforme as normas da Fundação Universidade de Passo Fundo e devidamente analisadas pelas Comissões de Concessão de Bolsas de Estudo das Unidades Universitárias, ficando assim distribuídas: Faculdade de Educação e Institutos (ICB, IFCH e ICEG): 45 bolsas (Patronato: 9; Socrebe: 8; Febem: 5; Centro de Juventude: 2; Departamentos: 7; Escolasticado São José: 4; e Bolsas Diversas: 10); Faculdade de Odontologia: 2 bolsas; Faculdade de Agronomia: 4 bolsas; Faculdade de Engenharia: 2 bolsas; Faculdade de Direito: 4 bolsas; Faculdade de Economia e Administração: 14 bolsas; Faculdade de Educação Física: 7 bolsas; e Instituto de Artes: 10 bolsas [...].

Ata nº 252 – 09.4.1980

[...] 5. Valor da bolsa de estudo = O Conselho Diretor fixou em Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros) ou seja, Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros) por semestre, o valor da Bolsa de Estudo para 1980. 6. Bolsas de estudo para 1980 = O Conselho Diretor aprovou a concessão de 263,5 (duzentas e sessenta e três e meia) Bolsas de Estudo para o ano letivo de 1980, conforme as normas da Fupf, devidamente analisadas pelas Comissões das respectivas Unidades e pela Comissão Central das Bolsas de Estudo, ficando assim distribuídas: a) 58 (cinquenta e oito) bolsas para professores e dependentes; b) 40 (quarenta) bolsas para funcionários e dependentes; c) 73,5 (setenta e três e meia) bolsas especiais; d) 31 (trinta e uma) bolsas-trabalho, cabendo 6 (seis) para SOCREBE, 7 (sete) para Patronato de Menores, 1 (uma) para o Clube de Mães Beneficente Vila Luiza, 2 (duas) para o Jardim de Infância Edith Shisler e 15 (quinze) para a Universidade de Passo Fundo; e) 61 (sessenta e uma) bolsas-convênio, sendo: 11 (onze) bolsas com Centro de Juventude Leão XIII, 20 (vinte) bolsas com FEBEM, 05 (cinco) bolsas com CEBEM, 10 (dez) bolsas com SOCREBE e 15 (quinze) bolsas com o Patronato de Menores [...].

Diferentes modalidades de bolsas de estudos foram sendo criadas para atender às demandas da comunidade, sendo alguns auxílios ligados a programas públicos (municipal, estadual e federal) e outros da própria instituição. Atualmente, as principais modalidades são a bolsa Fupf e a bolsa Prouni, sendo a primeira concedida pela Fupf e a segunda pelo governo federal desde 2005.

A bolsa Fupf é regida por edital disponível no site da UPF e prevê gratuidade de 50% sobre o valor da mensalidade/matrícula nos cursos de Licenciatura Plena, Administração (*Campus I* – manhã), Artes Visuais (B), Geografia (B) Filosofia (B) e Química (B), Serviço Social e Secretariado Executivo. Para a concessão do benefício, o acadêmico deve ingressar por meio de processo seletivo do vestibular, reingresso, reabertura ou transferência. Deverá, também, comprovar renda de até três salários mínimos.

Entre as bolsas de estudos concedidas pela Fupf, pode-se citar, ainda: Bolsa Repasse Pibic (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), que complementa a quantidade de bolsas públicas, dessa mesma modalidade, dos programas estadual (Fapergs) e federal (CNPq); Bolsa Funai, em convênio com a instituição de mesmo nome, que oferece bolsas de 50% a 100% para alunos indígenas e/ou seus descendentes; Bolsa Atleta do Futuro, em convênio com a Prefeitura Municipal de Passo Fundo, oferece bolsas para alunos do curso de Educação Física que se enquadrem em critérios definidos em edital; Bolsa Dissídio, para professores, funcionários e seus dependentes, com descontos de 20% a 80%; Bolsa Idiomas, que concede descontos de 20% a 50% para professores e funcionários na UPF Idiomas, entre outras modalidades não citadas.

Ata nº 833 – 11.11.2002

[...] **4. Bolsa Filantropia – Portadores de Necessidades Especiais** = O assunto em epígrafe já foi pauta da reunião de 4.11.2002. Na presente, foi apresentada a de resolução que cria e regulamenta a Bolsa Filantropia – Portadores de Necessidades Especiais, a ser concedida a alunos matriculados nos cursos de graduação da Universidade de Passo Fundo, nos cursos técnicos de nível médio ou no curso de ensino médio do Centro de Ensino Médio Integrado UPF [...].

Ata nº 899 – 21.02.2005

[...] O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando as reivindicações das famílias que possuem mais de um filho ou dependente matriculado nos cursos da Universidade de Passo Fundo e/ou no Centro de Ensino Médio Integrado UPF, RESOLVE: Art. 1º - Criar e regulamentar o **Programa de Fidelidade da Fupf**, a ser concedido a alunos matriculados nos cursos de graduação da Universidade de Passo Fundo, nos cursos técnicos de nível médio ou no curso de ensino médio do Centro de Ensino Médio Integrado UPF que preencham as condições estabelecidas nesta Resolução. [...].

Além das bolsas, os planos de créditos para os alunos são outra forma de auxílio proporcionada pela Fundação. Além dos programas do governo, como o **Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)**, cuja adesão da UPF data de 1999, a instituição desenvolveu sistemas próprios de financiamento ao aluno. São exemplos o **Programa Emergencial de Crédito (PEC)** e o **Plano de Apoio Estudantil (UPF/PAE)**.

Ata nº 734 – 09.8.1999

[...] **5. Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES** = Com base na exposição de motivos do Sr. Reitor e após pedidos de informações e esclarecimentos prestados, o Conselho Diretor aprovou, nos termos da Portaria MEC nº 1.186, de 29 de julho de 1999, decorrente da MP nº 1.827, de 27 de maio de 1999, a adesão da Fundação/Universidade de Passo Fundo ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, programa de financiamento destinado aos estudantes universitários regularmente matriculados em cursos de graduação [...].

O Fies é um programa de crédito promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que financia até 100% das mensalidades dos alunos regularmente matriculados nos cursos habilitados no Ministério da Educação. O plano tem como antecessor o Crédito Educativo instituído em 1976, durante o governo militar.

A adesão ao Fies contribuiu para o aumento do número de alunos, na medida em que o crédito permiti-

tiu acesso ao ensino superior de um grande número de pessoas que, até então, não tinham acesso. Entretanto, a expansão do número de alunos por meio da oferta dessa forma de financiamento acabou comprometendo a saúde financeira da instituição quando o governo federal passou a atrasar os repasses do referido fundo, em 2015. Da mesma forma, a demora e a indefinição dos aditamentos dos novos contratos com os alunos criaram problemas para a permanência desses na instituição. Nesse contexto, a Fupf lançou mão de um programa próprio de financiamento a fim de garantir a permanência dos alunos na Universidade, o PEC.

Ata nº 1142

[...] **4. Programa Emergencial de Crédito**: Presentes na reunião o coordenador da Divisão Financeira, Fabiano Dornelles; o contador da UPF, Amândo Cvalcanti Junior; o supervisor do Programas Públicos e Institucionais, Clodoaldo da Rosa Neckel, para apresentar ao Pleno uma proposta de ação para manutenção e recuperação de alunos, através da concessão do Programa Emergencial de Crédito – PEC, em percentuais de 50% a 80% para alunos com dificuldades financeiras. A proposta visa atender: a) alunos que não se enquadram nas regras do FIES, seja por renda ou por não terem prestado a prova do ENEM; b) alunos de cursos que não tenham nota mínima exigida na avaliação do ENADE; c) alunos de cursos que ainda não são reconhecidos pelo MEC; d) alunos em débito com a UPF. [...].

O **PEC** é um contrato de mútuo emitido pela Fupf, utilizado – excepcionalmente – na manutenção de alunos que estão em débito com a instituição, podendo financiar até 50% da matrícula e das mensalidades. O valor contratado pelo estudante é devolvido à instituição posteriormente à conclusão do curso, usufruindo, ainda, de um ano de carência. A modalidade de crédito mais atual é o **PAE/UPF**, criada no contexto das dificuldades econômicas geradas em decorrência do atraso nos repasses do Fies pelo governo federal. O programa consiste em um contrato de mútuo entre a Fupf e o aluno já matriculado na UPF, podendo financiar até 50% de suas mensalidades. Da mesma forma que no PEC, o valor contratado pelo estudante é devolvido à instituição após a conclusão do curso, tendo um ano de carência para o início do pagamento do valor devidamente corrigido. A partir do ano de 2015, a Fundação ampliou a abrangência do PEC, atendendo, também, os alunos dos cursos técnicos do Centro de Ensino Médio Integrado UPF.

A questão da filantropia

Uma das pautas constantes nas reuniões do Conselho Diretor da Fupf foi a questão da filantropia, cuja certificação da instituição foi, por diversas vezes, questionada pelos poderes públicos, com os quais a Fundação travou uma longa e dura batalha para ter aprovada sua qualificação como entidade filantrópica. Essas indefinições em relação à filantropia implicaram um problema histórico da instituição com o INSS, que teve início em 1975.

As entidades que deram origem à Fundação Universidade de Passo Fundo, a Sociedade Pró-Universidade e o Consórcio Universitário Católico, eram devidamente reconhecidas, pelo então Ministério da Educação e Cultura, como entidades de fins filantrópicos. Com a união à nova mantenedora, a Fupf solicitou o seu reconhecimento como entidade filantrópica ao Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), obtendo o registro provisório em 1972 e o definitivo em 1974, quando recebeu a matrícula como entidade filantrópica, retroativa a 1970. Com isso, foi concedida a isenção do pagamento da parte patronal da contribuição previdenciária.

Em 1975, funcionários da Agência de Previdência Social de Passo Fundo solicitaram, indevidamente, o cancelamento da isenção do recolhimento do tributo. Seguiu-se uma longa polêmica na justiça, envolvendo o Judiciário, o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), o CNSS e a Fupf. Mesmo com o reconhecimento de que o INPS não teria competência para cancelar o certificado de filantropia, o que só caberia ao CNSS, a Justiça Federal acabou julgando procedente o caso e, em 1982, a então ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, cancelou o registro de filantropia da Fupf, sendo a decisão publicada no Diário Oficial em setembro de 1982.

Iniciava-se um longo processo, com muitos recursos em várias instâncias, por parte da Fupf para reverter a sentença, pois essa decisão implicaria uma dívida retroativa com o INSS que inviabilizaria a própria existência da Fupf. O caso foi resolvido somente em 2012, depois de passar por diferentes escritórios de advocacia, viagens dos conselheiros da Fundação a Brasília, para tratar pessoalmente com as autoridades responsáveis, envio de correspondências para as autoridades, entre outros recursos.

Filantropia

A Lei nº 8.742/1993 define a isenção da contribuição da previdência às entidades beneficentes e a isenção de impostos para as instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

Em 1993, foi criado o **Certificado de Entidades de fins filantrópicos**, reafirmando a isenção para instituições beneficentes de assistência social, educacional ou de saúde, com a obrigatoriedade dessas entidades aplicarem a gratuidade de atendimento de 20% de sua renda bruta.

Desde 2005, no caso das instituições educacionais, a legislação vincula os 20% de gratuidade exigidos às bolsas Prouni.

Atualmente, as discussões sobre a filantropia voltaram à tona, no contexto dos debates sobre a reforma da previdência. Uma das propostas é o fim da isenção da contribuição da previdência, o que, caso for aprovado, trará novos desafios às instituições educacionais, atualmente certificadas como filantrópicas.

Ata nº 279 – 29.01.1982

[...] 2. Filantropia = O Vice-Presidente em exercício, Conselheiro Murilo Coutinho Annes, expôs o seguinte: A Fundação Universidade de Passo Fundo teve cassada a sua isenção da parte patronal do recolhimento ao IAPAS, pela Agência desta cidade. [...] As condições de Entidade Filantrópica representam, inegavelmente, a sobrevivência da Fupf, não só pelo que diz respeito à isenção da parte patronal no IAPAS, como porque, por consequência, viria o cancelamento de seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, e perderia ela os benefícios de isenção dos tributos federais, estaduais e municipais, bem como os benefícios que lhe adviriam, tais como: prioridade, pela Faculdade de Medicina, dos atendimentos previdenciários; benefícios decorrentes de dotações dos Poderes Públicos, nivelando a Fundação às empresas comerciais.

Ata nº 662 – 14.4.1997

[...] A questão da filantropia da Fundação Universidade de Passo Fundo é um problema que vem se agravando com o passar do tempo, comprometendo, inclusive, o patrimônio da Instituição, dado em garantia em decorrência de ações judiciais. Em várias oportunidades se buscou uma solução, quer pela via administrativa, quer pela via judicial. A última tentativa foi via intermediação de um Escritório de Consultoria, de Brasília, que se propôs aceitar o caso e trabalhar pelo restabelecimento do caráter filantrópico da Fupf, mediante pagamento de honorários [...].

Ata nº 665 – 26.5.1997

[...] 4. Ref. Certificado de Fins Filantrópicos = O Diário Oficial de 5 de maio de 1997 publicou parecer do Conselho Nacional de Assistência Social que **torna sem efeito o cancelamento do Registro, proferido em sessão realizada pelo extinto Conselho Nacional de Serviço Social, no dia 11/5/82, e concede Recadastramento e Renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos à Fundação Universidade de Passo Fundo.** Aguarda-se, ainda, a expedição do respectivo Certificado [...].

Ata nº 770 – 08.01.2001

[...] A questão é muito complexa. No momento, a fiscalização do INSS começou a entregar as notificações de cobrança de dívidas passadas, cujos valores, no total, superam em muito o patrimônio da Instituição. Além disso, estão tramitando diversos processos na esfera judicial referentes à questão da filantropia.

Ata nº 837 – 16.12.2002

[...] Assuntos gerais = Prestou o Sr. Presidente algumas informações a respeito de contatos mantidos em Brasília e no Rio de Janeiro, em recente viagem: a) participou de audiência com o chefe da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência e Assistência Social, o qual se comprometeu a dar encaminhamento definitivo ao processo que tramita naquele Ministério, em que a Fupf pleiteia o reconhecimento da inexistência de débitos ao INSS relativos à cota patronal, [...].

A questão da filantropia continuou na pauta das discussões, sendo que a Fupf procurou se ajustar aos critérios definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para a obtenção do certificado, criando, em 2002, uma *Secretaria de Filantropia*, que, posteriormente, passou a ser denominada *Secretaria de Assistência Social*, para o controle das atividades sociais e filantrópicas para cumprimento das exigências legais e administrativas a que a instituição se propõe. Conforme Pedro D'Agustini (2017), em depoimento oral,

[...] atualmente, diante do novo quadro legal vigente, a instituição apresenta como área preponderante a Educação. Para tanto, em 2011 readequou os setores, criando o Setor de Certificação Institucional e Prestação de Contas, que assumiu os procedimentos burocráticos de prestação de contas aos diferentes órgãos, o cadastramento, atualizado dos dados institucionais, as adesões semestrais aos sistemas de ofertas de benefícios, entre outros. Ainda, o Setor de Serviço Social direcionou sua atenção para o atendimento das demandas dos acadêmicos contemplados com bolsas de estudo Prouni, Bolsa Fupf, Programa Bolsa Educação Básica e os processos oriundos do Comitê de Negociação, Ouvidoria e demais atividades inerentes à matéria do Serviço Social.

Destaca-se, ainda, que um dos principais critérios para obtenção do certificado de filantropia é a concessão de 20% de gratuidade pela Instituição. A partir de 2005, o atendimento a esse critério passou a ser preenchido pelas bolsas do Prouni nas instituições que aderiram ao programa.

O processo de qualificação da Fupf como entidade filantrópica assim como os problemas enfrentados para sua consolidação podem ser acompanhados por meio da leitura das atas do Conselho Diretor.

A gestão da mantenedora e a relação com a principal mantida

Contar a história da Fundação é contar a história da relação com sua principal mantida, a Universidade de Passo Fundo. O fato de serem duas entidades distintas, conforme exigência da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, e, ao mesmo tempo, interdependentes criou ao longo dos anos vários impasses, especialmente no que diz respeito às competências de uma e outra. Mesmo que o estatuto procure esclarecer tanto quanto possível essa questão, as ações práticas acabam atropelando essas normas. Nesse sentido, algumas das alterações estatutárias, ao longo do período de existência da Fundação, tiveram como objetivo a busca de um maior equilíbrio nas relações entre mantenedora e mantida.

O primeiro estatuto da Fundação definia que os cargos de Presidente da Fundação e de Reitor da Universidade não poderiam estar reunidos na mesma pessoa. Entretanto, após vários conflitos entre Presidente e Reitor, optou-se por alterar os estatutos e reunir os dois cargos na mesma pessoa, sendo que o Reitor passou a exercer também o cargo de Presidente da mantenedora. Assim, em 1974, Bruno Edmundo Markus assume como Reitor da Universidade de Passo Fundo e Presidente da Fundação. Posteriormente, por orientação do Ministério Público, os cargos de Reitor e Presidente voltaram a concentrar-se em pessoas distintas. O entendimento é de que, como a mantenedora tem como uma de suas prerrogativas fiscalizar as ações da mantida, as duas entidades não podem estar sob o controle da mesma pessoa. O primeiro Presidente sob esse novo estatuto foi Irary Clemente Comin, que assumiu em 1993, e o primeiro Reitor foi Elydio Alcides Guareschi.

As mudanças no estatuto em 1993 buscaram também redefinir as competências específicas da Fundação e da Universidade, procurando “definir com mais clareza o alcance da autonomia. Ficou reforçada a atribuição central da fundação, de providenciar a obtenção de recursos externos e de fazer o planejamento financeiro” (GUARESCHI, 2002, p. 35).

Ata nº 813 – 22.4.2002

[...] O Conselho Diretor da Fundação Universidade de Passo Fundo, no uso de suas atribuições, atendendo recomendações da Curadoria de Fundações do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, da auditoria externa e considerando: a) a necessidade de estabelecer suas funções e competências previstas em seu Estatuto e em lei, no sentido de prover as mantidas Universidade de Passo Fundo e o Centro de Ensino Médio Integrado UPF, e de definir a atuação de limites das mesmas, em atenção aos projetos orçamentários e ao plano de desenvolvimento institucional; b) a necessidade de formalizar e regulamentar os poderes delegados às mantidas; c) a necessidade de definir e estabelecer mecanismos e instrumentos de controle e de informações; d) a necessidade de implantar programas de produção, de desenvolvimento e de captação de recursos externos; e, em sintonia com o que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 207 sobre a autonomia das Universidades, o que estabelece a Lei nº. 9.394/96 sobre as diretrizes e bases da educação nacional, e em sintonia com a legislação pertinente às Fundações - com ênfase - no planejamento estratégico/orçamentário, execução (responsabilidades administrativas) e sistema contábil, RESOLVE: Art. 1º - Criar a Diretoria Executiva da Fundação, [...].

Uma das questões abordadas foi a delegação de atribuições que caberiam à Reitoria, especialmente no que diz respeito aos processos de admissão e demissão de professores, bem como à gestão dos planos de carreira. Outra foi a ênfase na caracterização do Conselho Diretor como órgão superior de administração e supervisão, definindo um *Plano de Ação* orientado pela centralidade do Conselho como gestor financeiro da instituição.

O *Plano de Ação* pressupunha, entre outras medidas: implantar uma auditoria interna permanente; estabelecer cronogramas para execução dos orçamentos de cada unidade das mantidas; estudar a delegação de poderes para as mantidas, visando garantir a autonomia e estruturação organizacional do Conselho Diretor, provendo-o de estrutura física e recursos humanos.

Em 1994, foi apresentado um *Plano de Controle Gerencial* para a Fupf e suas mantidas, resultando na criação da *Contadoria da Fundação* e do cargo de *Gerente Executivo da Fundação*, transferindo a Assessoria Jurídica da Universidade para a Fundação. Essa decisão gerou uma polêmica na Universidade, pois alguns membros do Conselho Universitário entendiam que essa proposta feria o princípio de autonomia da Universidade.

Em 2002, devido a problemas administrativos, que foram questionados pela Curadoria de Fundações, tiveram início novas discussões sobre o estabelecimento de estratégias mais eficientes de controle e gestão, bem como a necessidade de novas regras sobre a relação entre mantenedora e mantidas, o que ficou registrado em um Protocolo de Intenções. Ficou estabelecido que a Fundação retomaria o controle da administração do patrimônio e das finanças da instituição, até então exercido pela Universidade. Entre as novas medidas adotadas está a criação da Diretoria Executiva, constituída por um Diretor Executivo e Diretores Adjuntos: de Administração, Finanças e de Produção de Serviços, todos subordinados à presidência do Conselho Diretor. Seriam criadas, também, a Controladoria da Fundação, encarregada da contabilidade e auditoria, e a Assessoria Jurídica da Fundação.

Em 2009, os impasses quanto às competências da mantenedora e da mantida UPF voltam à pauta nas reuniões do Conselho. Novamente, enfatizou-se a necessidade de estabelecer um modelo de gestão administrativa, financeira e patrimonial na instituição, em conformidade com as funções e as competências definidas nos estatutos da Fupf e em lei. Questionou-se o não cumprimento do Protocolo de Intenções firmado em 2002 e a legalidade da delegação de competências e outorga de mandatos aos membros da Reitoria. A nova fase de transição teve início em 2010, quando foi contratada uma empresa de consultoria em gestão educacional. Posteriormente, foi contratado, ainda, um profissional para ocupar o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Fupf, decisão que foi questionada pelos conselheiros, invocando, novamente, a questão da autonomia da Universidade.

Nesse processo de idas e vindas, ajustes e desajustes, a Fundação Universidade de Passo Fundo vem se consolidando como um modelo democrático de gestão, cujos debates, às vezes conflitantes, são constitutivos das ações políticas e sociais desenvolvidas pela instituição. Política entendida como exercício da cidadania, visando ao bem comum, fundamento da democracia.

Alargando fronteiras: a radiodifusão e a UPFTV

É somente a partir de 1995 que as instituições de ensino superior (IES) dão início à aquisição de canais de TV, quando os canais de utilização gratuita passaram a ser disponibilizados para as Universidades e outras instituições públicas por meio da Lei federal nº 8.977/1995, a chamada *Lei do Cabo*. Na esteira dessa abertura, a Fupf, já em 1997, dá início ao seu propósito de manter uma emissora de radiodifusão educativa e uma emissora de televisão comunitária, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover atividades educativas, artísticas, culturais e informativas, conforme exigência da lei para essas concessões.

Para esse empreendimento, foi necessário alterar os estatutos da Fundação, a fim de atender às exigências legais para concessão de outorga de serviços de radiodifusão e de televisão educativas. O novo estatuto foi aprovado em ata de 21 de setembro de 1998, em que passou a constar que a Fundação pode manter emissoras de radiodifusão e de televisão educativas e comunitárias desde que cumpra algumas normas que, também, passaram a estar definidas no novo estatuto, conforme descrito na ata nº 709 do Conselho Diretor da Fupf, de 21.09.1998:

Ata nº 709 - 21.09.1998

- I- a investidura nos cargos de administração somente ocorrerá após aprovação dos nomes pelo Ministério das Comunicações;
- II- a programação deverá ser mantida à disposição do Ministério da Educação e do Desporto para fins de veiculação em emissoras educativas de outros Município, Estados e da União;
- III- a análise do conteúdo pedagógico e a forma dos programas será da responsabilidade do Conselho de Programação;
- IV- a permissão para que outro estabelecimento de ensino superior do município ou municípios da área de alcance das emissoras participe da programação, mediante convênio ou acordo;
- V- a nomeação do conselho de Programação dentre os membros do corpo docente da UPF;
- VI- o cumprimento de todas as demais exigências legais e normativas do Ministério das Comunicações e do Ministério da Educação e do Desporto.

Televisão Universitária

“As primeiras IES a veicular programas sob o conceito específico de ‘Televisão Universitária’ fizeram-no a partir de 1995, na TV a cabo. No conceito adotado pela Associação Brasileira de TVs Universitárias (ABTU), a Televisão Universitária é aquela produzida no âmbito das IES ou por sua orientação, em qualquer sistema técnico ou em qualquer canal de difusão, independente da natureza de sua propriedade.

Uma televisão feita com a participação de estudantes, professores e funcionários, com programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento, salvo aquelas impostas pela qualidade estética e boa ética.

Uma televisão voltada para todo o público interessado em cultura, informação e vida universitária, no qual prioritariamente se inclui o próprio público acadêmico e aquele que gravita no seu entorno: familiares, fornecedores, vestibulandos, gestores públicos da educação, etc. Um canal de TV assegurado por lei, e gratuito, mostrou-se um estímulo poderoso, motivando inúmeras IES a se aventurarem no campo da comunicação audiovisual. A quantidade de IES envolvidas, a variedade das propostas de programação e a multiplicidade dos sistemas técnicos utilizados para a transmissão dos sinais são indicadores irrefutáveis da expansão da Televisão Universitária no país.” (SANTOS, 2017, não paginado).

As atividades da UPFTV tiveram início já no final de 2000, mesmo sem ter ainda um local próprio e adequado para seu funcionamento. Funcionava nas dependências da Faculdade de Artes e Comunicação, em canal fechado. Em 2005, passou a ter sinal aberto, transmitindo para Passo Fundo e municípios vizinhos. As instalações passaram para o prédio da antiga Reitoria, que foi reformado para receber a TV. Ainda em 2002, começaram as negociações para o convênio com o canal Futura.

A fim de agilizar os procedimentos administrativos para instalação da UPFTV, o Conselho Diretor delegou, em 2002, à Reitoria da Universidade de Passo Fundo a administração da TV, ficando responsável pela prestação de contas à Fupf e pela constituição dos órgãos diretivos, submetendo-os à aprovação do Conselho Diretor. Essa delegação à Reitoria foi, posteriormente, prorrogada.

Cabem à Fundação a fiscalização, o orçamento para aquisição dos equipamentos, o espaço físico, a indicação dos administradores, a autorização para contratação de pessoal, desde técnicos até apresentadores de programas. Anualmente, é apresentado um relatório das atividades desenvolvidas pela emissora ao Conselho Diretor da Fupf.

Em 2005, o canal de TV educativa UPFTV, em parceria com o canal Futura, passou a transmitir em canal aberto (Canal 4- VHF) com uma cober-

tura de 60.000 domicílios. Desde então, o canal vem consolidando sua marca e ampliando sua área de atuação com as retransmissoras. Atualmente, pode ser assistido em Passo Fundo nos canais 4 e 14 (NET); em Carazinho, canal 20; em Soledade, canal 30; em Palmeira das Missões, canal 45; e Marau, canal 54.

Além de dar maior visibilidade à UPF nas ações de prestação de serviços na comunidade, a UPFTV contribui para difusão do conhecimento com programas de caráter educativo e informativo. Além de telejornais diários, programas semanais, como o *Universidade Aberta*, que divulgam as pesquisas desenvolvidas na Universidade. Destaca-se o programa *Mundo da Leitura*, que ganhou projeção nacional e internacional por meio dos canais Futura e Globo Internacional, tendo recebido vários prêmios.

Em entrevista no portal de comunicação *ClicSoledade*, a professora e Presidente da Fundação Maristela Capacchi fala da UPFTV:

Nesses dez anos operando em canal aberto, a visibilidade que a UPFTV proporciona à Instituição, a partir de seus projetos, demonstra a relevância do alcance de nossos propósitos principais, que são o desenvolvimento da cidadania e da responsabilidade social. [...] Por intermédio de sua equipe técnica qualificada, a emissora tem divulgado as iniciativas da Fundação e de suas mantidas – a UPF, o Integrado UPF e a UPF Idiomas –, levando conhecimento e informação a diversos municípios da região.²

² Disponível em: <<http://www.clicsoledade.com.br/clicnews/?p-g=ler&id=11828>>. Acesso em: 11 maio 2017.

Figura 46: Assinatura do convênio UPFTV e canal Futura



Fonte: Acervo Agecom/UPF.

Figura 47: Instalações UPFTV



Fonte: Agecom/UPF.

A organização *multicampi* e o desenvolvimento regional

A construção dos *campi* é o desenvolvimento natural de um dos objetivos definidos desde a criação da Fundação, o desenvolvimento regional, contemplado, inclusive, no primeiro estatuto. Mesmo antes da criação da Universidade, encontramos em ata do Conselho a discussão sobre a criação de um núcleo da Universidade em Erechim. Essa iniciativa vinha na esteira da Reforma Universitária de 1968, que previa a extensão de cursos para suprir a demanda pelo ensino superior.

Desde a década de 1980, a Fupf instalou extensões universitárias fora de Passo Fundo, inicialmente, para qualificação de professores dos municípios. Essa expansão tinha respaldo na Portaria 514/74, do Ministério da Educação e Cultura, que dividiu as IES em Distritos Geo-educacionais, sendo que a Universidade de Passo Fundo inseria-se no DGE 38, delimitando sua área de influência. Em 1993, com respaldo da nova Constituição federal de 1988, que definiu o princípio da autonomia e descentralização universitária, foi criada a organização *multicampi*, dando prosseguimento ao plano de regionalização. Foram criados os *campi* Carazinho (1990), Palmeira das Missões (1984), Soledade (1984), Casca (1992) e Lagoa Vermelha (1990), mais recentemente, Sarandi (2003).

As atividades de extensão da UPF em **Palmeira das Missões** tiveram início em 1969, com o Centro de Extensão Universitária de Palmeiras das Missões (CEU/PM), por meio da Lei municipal nº 807, de 22 de dezembro de 1969. Para que o projeto se consolidasse, a família Lütz fez a doação de um terreno com área de 17.600 m² à Prefeitura Municipal, que executou a construção do prédio com recursos municipais, sendo inaugurado, oficialmente, em 1972. Em 1984, o Conselho Diretor da Fundação criou o Centro de Extensão Comunitária de Palmeira das Missões.

O Centro de Extensão Universitária da UPF, em **Carazinho**, foi criado em 24 de janeiro de 1990 e o início das atividades aconteceu em salas alugadas no Colégio La Salle. Até que, em 5 de agosto de 1997, foi adquirida uma área de 43.748,86 m², onde, a partir de 1998, foram construídos prédios próprios, com amplas e modernas instalações. Posteriormente, a Prefeitura Municipal de Carazinho fez a doação de uma área contígua.

O Centro de Extensão Universitária de **Casca** foi criado em 1992, aprovado pelo Conselho Diretor da Fundação. Em 1994, ele passa a ser *Campus* Universitário, abrangendo 23 municípios da região. As atividades iniciaram com o curso de aperfeiçoamento na área do Magistério e, em julho do mesmo ano, realizou-se o primeiro concurso vestibular, para o curso de Administração. A infraestrutura compreende, atualmente, o Prédio São Carlos, com sete salas de aula e 1.150 m², construído pela Fupf e inaugurado em 2002, com um segundo prédio, com 3.196 m² e 19 salas de aula, adquirido também pela Fundação em 2004.

O *Campus* **Lagoa Vermelha** teve sua origem na criação do Centro de Extensão Universitária em 19 de fevereiro de 1990, mesma data de aprovação do Centro de Extensão de Carazinho. Em 2005, a Fundação Universidade de Passo Fundo concluiu as instalações do prédio próprio, atendendo às necessidades da comunidade acadêmica local.

Em Soledade, o Centro de Extensão Universitária, atual *Campus* **Soledade**, foi criado pelo Conselho Diretor da Fundação em 10 de janeiro de 1984 e instalado em 22 de maio do mesmo ano. A prefeitura do município contribuiu tanto com a construção do prédio, quanto com um sistema de crédito educativo municipal.

O *Campus* **Sarandi** foi aprovado pelo Conselho Diretor em 2003, de acordo com o projeto *multicampi*. Foi assinado pelo município de Sarandi e a Fupf o termo de cessão de direito real de uso de um imóvel urbano a ser utilizado para implementação do *Campus* Sarandi da UPF.

A instalação dos *campi* é feita após um estudo tanto da demanda social da comunidade local, quanto da infraestrutura física disponível, deslocamento e distância do município, bem como o apoio da municipalidade. Outro fator são as próprias reivindicações do Poder Público e das lideranças municipais.

Inicialmente, os acordos com os municípios pressupunham uma coparticipação na sustentação financeira dos *campi* com contribuições de 1% a 2% do orçamento municipal, cláusula que não está mais em vigor. Importante destacar que os estatutos da Fupf definem como um dos membros do Conselho Diretor um dos prefeitos dos municípios-sede, eleito entre seus pares.

Figura 48: Visita do senador Tarso Dutra às instalações do *Campus* Palmeira das Missões, 1971



Fonte: Acervo Fupf.

Figura 49: *Campus* Palmeira das Missões – UPF



Fonte: Agecom/UPF.

Figura 50: *Campus* Carazinho – UPF



Fonte: Agecom/UPF.

Ata nº 311 – 10.01.1984

[...] 2. Proposta de criação de Centros de Extensão Universitária = O Conselho Diretor aprovou proposta de criação de Centros de Extensão Universitária e seus respectivos Regimentos, a serem instalados em **Palmeira das Missões**, Soledade e Lagoa Vermelha, no Rio G. do Sul.

Ata nº 465 – 15.01.1990

[...] Dentro deste plano de regionalização, o Conselho Diretor analisou e decidiu aprovar, como foram apresentados, os termos do Regimento do **Centro de Extensão Universitária de Carazinho**, bem como o respectivo Termo de Acordo a ser celebrado entre a Fundação Universidade de Passo Fundo e a Prefeitura Municipal de Carazinho.

Figura 51: *Campus Casca* – UPF



Fonte: Agecom/UPF.

Ata nº 527 – 20.01.1992

[...] Na presente reunião, o Conselho apreciou e aprovou a criação do **Centro de Extensão Universitária da Universidade de Passo Fundo em Casca (RS)**, ficando aprovados, também, o Regimento do Centro e a minuta de convênio a ser celebrado entre a Fundação Universidade de Passo Fundo e a Prefeitura Municipal de Casca com a interferência da 7ª Delegacia de Educação [...].

Figura 52: *Campus Soledade* – UPF



Fonte: Agecom/UPF.

Ata nº 767 – 27.11.2000

[...] Foi dado conhecimento do teor de proposta de celebração de termo de acordo entre a prefeitura municipal de Soledade e a Fundação Universidade de Passo Fundo, propondo-se aquela a ampliar o espaço físico do *Campus Soledade* em 598,46m² - salas de aula, anfiteatro e área coberta como forma de pagamento da dívida de anos anteriores, [...].

Figura 53: *Campus Lagoa Vermelha* – UPF



Fonte: disponível em: <<http://45anos.upf.br/campi-lagoa-vermelha.php>>. Acesso em: 12 maio 2017.

Ata nº 467 – 19.02.1990

[...] Na presente reunião, o Conselho apreciou e aprovou, com base no parecer favorável do relator, a criação do Centro de Extensão Universitária de Lagoa Vermelha, ficando aprovados, também, o Regimento de Centro e minuta do Convênio a ser celebrado entre a Fundação Universidade de Passo Fundo e a Prefeitura de Lagoa Vermelha, com a interveniência da Fundação Educacional do Nordeste Rio-Grandense – FERORG – e a 22ª Delegacia de Educação [...].

Figura 54: *Campus Sarandi – UPF*



Fonte: Agecom/UPF.

Ata nº 861 – 22.9.2003

[...] Em 24.1.2003, foi celebrado Protocolo de Intenções entre a Fundação Universidade de Passo Fundo, sua mantida Universidade de Passo Fundo e o Município de Sarandi com vistas à instalação de cursos de graduação em regime regular naquele município, para atender as necessidades daquela localidade e do seu entorno.

Tecnologia e sustentabilidade



Parque Científico e Tecnológico UPF Planalto Médio

A partir de 2009, o Conselho Diretor passou a discutir, juntamente com a Reitoria, a cessão de área do *campus* para construção do Parque Tecnológico, sendo que em 30 de outubro de 2010 foi aprovada averbação de 11.123 m² para dar início a primeira etapa do projeto. A área total destinada ao projeto era de 101.000 m², próxima ao prédio da Faculdade de Direito.

O Parque Científico e Tecnológico UPF Planalto Médio (UPF Parque) é uma iniciativa da Universidade de Passo Fundo em parceria com a Prefeitura Municipal de Passo Fundo e apoiada pela Associação Comercial Industrial de Serviços e Agropecuária de Passo Fundo (Acisa). Conta, ainda, com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvol-

vimento Tecnológico. O empreendimento tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento regional, promovendo inovação, desenvolvimento tecnológico e inclusão social. Segundo o professor Leonardo José Gill Barcellos, Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação,

[...] o UPF Parque promove o fluxo de talentos, o intercâmbio de ideias, a hospedagem e a incubação de negócios e, desse modo, permite o acesso a laboratórios e a equipamentos especializados, acompanha o desenvolvimento dos negócios, de seu posicionamento no mercado, bem como oportuniza a convivência dentro de um ambiente de inovação e desenvolvimento (UPF PARQUE, 2017).

As principais áreas de atuação do parque são: tecnologia de informação/*software*, metalomecânica, saúde, alimentos, energia e biotecnologia.

PARQUES TECNOLÓGICOS: DEFINIÇÕES

[...] A ANPROTEC Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores com sede no Brasil reúne cerca de 280 associados, entre incubadoras de empresas, parques tecnológicos, instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e outras entidades ligadas ao empreendedorismo e à inovação. A ANPROTEC define parques Tecnológicos como:

“Complexo produtivo industrial e de serviços de base científico-tecnológica, planejado, de caráter formal, concentrado e cooperativo, que agrega empresas cuja produção se baseia em pesquisa tecnológica desenvolvida nos centros de P&D vinculados ao parque. Trata-se de um empreendimento promotor da cultura da inovação, da competitividade, do aumento da capacitação empresarial, fundamentado na transferência de conhecimento e tecnologia, com o objetivo de incrementar a produção de riqueza de uma região”.

A IASP – International Association of Science Parks com sede na Espanha, congrega mais de 70 países [...] define Parque Tecnológico como:

“Organização administrada por profissionais especializados, cujo principal objetivo é aumentar a riqueza da comunidade através da promoção da cultura da inovação e da competitividade das empresas e das instituições baseadas em conhecimento a elas associadas. Para garantir que esses objetivos serão alcançados, o parque científico estimula e administra o fluxo de conhecimento e tecnologia entre empresas e mercados; facilita a criação e o crescimento de empresas de base tecnológica através de processos de incubação e de spin-offs; e provê outros serviços de valor agregado junto com espaços de alta qualidade e facilidades”. [...]

Disponível em: <<http://uenf.br/reitoria/agenciainovacao/parques-tecnologicos/parques-tecnologicos-como-indutores-do-desenvolvimento/>>. Acesso em: 28 maio 2017.

Figura 55: Instalações UPF Parque



Fonte: Agecom/UPF.

Reserva Particular do Patrimônio Natural da Universidade de Passo Fundo

Em dezembro de 2015, o Conselho Diretor e a Assembleia Extraordinária da Fupf deram parecer favorável à criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural da Universidade de Passo Fundo (RPPN/UPF). Em 2016, ocorreu a regulamentação, sendo publicada no Diário Oficial da União em 31 de agosto. A área tem 32,21 hectares e integra o bioma Mata Atlântica. A área será preservada perpetuamente, podendo ser usada para ensino e pesquisa, respeitando o Plano de Manejo, a ser definido.

A RPPN UPF compreende áreas de mata ciliar, de encosta, de banhado e em regeneração junto ao Arroio Miranda, curso hídrico que abastece um dos principais reservatórios de água de Passo Fundo, responsável pelo atendimento de aproximadamente 50% da população do município. A área de RPPN inclui as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL) do Centro de Extensão e Pesquisa Agropecuária (Cepagro) da UPF, em conformidade com disposições do Código Florestal Brasileiro.³

A iniciativa vem ao encontro do compromisso social da instituição, na medida em que esse se articula com a preservação e manutenção do meio ambiente e com a promoção da educação ambiental.

O conceito de patrimônio natural está presente na legislação brasileira da década de 1930 e se referia a ambientes conservados ou a lugares de beleza cênica. Ele derivou do conceito de patrimônio histórico e se referiu aquilo que não foi criado pelos humanos, ou seja, o patrimônio natural existiria independente da ação das sociedades humanas, em oposição à cultura, cujo conceito clássico inclui tudo o que foi produzido pelas pessoas.

Há, contudo, uma grande dificuldade de separar cultura e natureza. A existência de lugares intactos, de floresta virgem, de natureza em estado puro é parte de um imaginário contemporâneo, do mito da natureza intocada. A domesticação de plantas e animais é um exemplo da complexa interação entre natureza e cultura. Os historiadores buscam construir, hoje, uma leitura aberta e interativa da relação entre o natural e o cultural.

Neste esforço de superação da dualidade rígida, alguns historiadores empregam o conceito de patrimônio ambiental. A biodiversidade é um patrimônio ambiental que resulta da profunda ligação entre cultura e natureza. A diminuição da biodiversidade corresponde, portanto, à perda de patrimônio e requer políticas e ações de conservação dos ambientes nos quais ela está mais concentrada ou ameaçada. Os remanescentes da Floresta Ombrófila Mista ou floresta com araucária existentes na região de Passo Fundo, bem como toda a fauna que a habita, são parte de um patrimônio ambiental regional. Outros ambientes e ecossistemas, além das florestas, também integram este patrimônio ambiental (GERHARDT; NODARI, 2006).

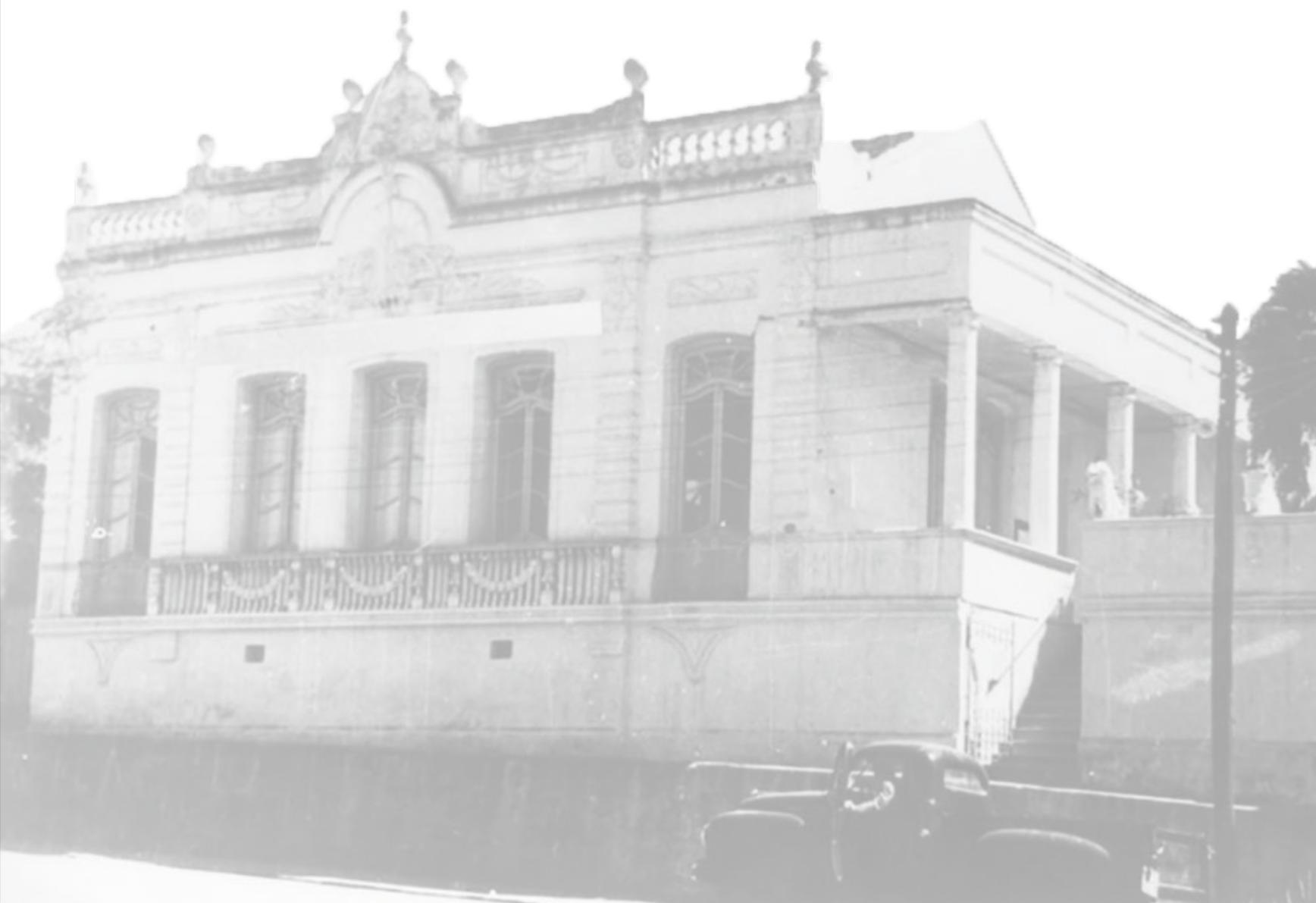
³ Disponível em: <<http://www.upf.br/noticia/rppn-upf-e-regulamentada-pelo-icmbio>>. Acesso em: 24 maio 2017.

Figura 56: Reserva Particular do Patrimônio Natural da Universidade de Passo Fundo



Fonte: disponível em: <<http://www.upf.br/noticia/rppn-upf-e-regulamentada-pelo-icmbio>>. Acesso em: 27 maio 2017.

Prêmio Responsabilidade Social – RS





Iniciamos falando sobre o papel de uma fundação e sua caracterização como uma entidade com finalidade social. Definida pela legislação e afirmada nos Estatutos da Fundação Universidade de Passo Fundo, a identidade social da instituição foi se consolidando na comunidade e região. Hoje, a Fupf presta serviços nas mais diversas áreas: saúde, educação, tecnologia, meio ambiente, cultura, entre outras. Em parceria com a comunidade, por meio de convênios firmados com órgãos públicos das diferentes instâncias, ou de projetos desenvolvidos pelos acadêmicos da Universidade, a Fundação vem contribuindo para a construção de uma cidadania mais consciente, fundamento para a democracia.

O resultado é o reconhecimento público, por meio de prêmios como o Prêmio Responsabilidade Social – RS, promovido pelo Parlamento Gaúcho em parceria com as seguintes entidades da sociedade civil: Fiergs, Federasul, Fecomércio, Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, Observatório de Responsabilidade Social das Universidades Brasileiras, Ocergs/Sescoop, Famurs, Sesi, Sesc, ONG Parceiros Voluntários, Conselho Regional de Administração, Conselho Regional de Contabilidade, Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, Associação Rio-grandense de Imprensa.

O prêmio é concedido a empresas e instituições que se destacaram por seu desempenho na área social, premiando projetos voltados para o bem-estar social e para a preservação do meio ambiente. A Fupf foi premiada em quase todas as dezesseis edições realizadas.

Figura 57: Prêmio Responsabilidade Social - RS 2011

DIÁRIO DA MANHÃ
Desde 1935 JORNALISMO COM RESPONSABILIDADE www.diariodamanha.com

SEXTA-FEIRA PASSO FUNDO 25 DE NOVEMBRO DE 2011 ANO 75 Nº 229 R\$ 1,50

SEGURANÇA
ALL realiza blitz educativa em Passo Fundo
Com o objetivo de minimizar o risco de acidentes envolvendo veículos, pedestres e trens nas passagens de nível do município, América Latina Logística (ALL) realizou uma blitz educativa no bairro Victor Issler. **PÁGINA 11**

MULHERES
Dia da não-violência com ações em Passo Fundo
Em Passo Fundo, 30 entidades realizam ação hoje, na Praça Marechal Floriano, para conscientizar sobre a violência contra as mulheres. Teatlo e distribuição de panfletos fazem parte da atividade. **PÁGINA 8**

TEMPO HOJE
Sol com algumas nuvens. Não chove.
máxima **28°C**
mínima **14°C**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
FUPF é reconhecida com premiação máxima de Responsabilidade Social
A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul concedeu à Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) o Prêmio Responsabilidade Social - distinção máxima entre as Instituições de Ensino Superior do RS referente a investimentos em ações sociais. A premiação foi recebida na noite de quarta-feira. **CONEXÃO**

Fonte: Acervo *Diário da Manhã*, Passo Fundo/RS.

Figura 58: Prêmio Responsabilidade Social - RS 2014

8 **www.onacional.com.br**
segunda-feira, 17 de novembro de 2014

cotidiano

Fundação UPF recebe medalha Responsabilidade Social

■ O projeto Observatório da Juventude e de Violências nas Escolas que concorreu na área educação esteve entre os finalistas

A Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) está entre as instituições premiadas na 15ª edição do Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que teve a Educação como tema norteador. O projeto Observatório da Juventude e de Violências nas Escolas, vinculado a Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da mantida UPF, esteve entre os finalistas, e garantiu o recebimento do certificado e medalha à FUPF na noite de quinta-feira (13/11) em solenidade realizada no Teatro Dante Barone, em Porto Alegre.

O reitor da UPF José Carlos Carles de Souza acompanhou a entrega da premiação e manifestou a satisfação pela instituição receber mais uma vez o prêmio. "Uma instituição, independente de sua natureza, precisa atuar de forma que toda a comunidade ao seu entorno seja beneficiada por suas ações e o crescimento seja mútuo. Essa tendo a preocupação precipua ao longo dos 46 anos de atuação da UPF e da FundaçãoUPF em toda a região norte do Estado. Estar entre as principais instituições indicadas ao prêmio Responsabilidade Social reafirma nossos compromissos e nos desafia a continuar nossa atuação de forma cada vez mais sinérgica aonde quer que estejamos inseridos", avaliou.

■ **O OBSERVATÓRIO**
O projeto de extensão Observatório da Juventude e de Violências nas Escolas resulta de um convênio firmado entre a UPF e a Cátedra da Unesco da Universidade Católica de Brasília, ainda em 2010, com o objetivo de desenvolver parcerias no âmbito da pesquisa, ensino e extensão voltadas às temáticas da juventude, dentre elas as violências. De acordo com o coordenador do projeto, professor Dr. Sílvio Antônio Bedin, entre os principais resultados obtidos desde a criação do Observatório está a irradiação extensionista junto a escolas, por meio dos cursos e oficinas do Projeto de Alternativas às Violências (PAV). "Apenas neste ano de 2014, até o momento, mais de três mil pessoas foram envolvidas pelo projeto, em suas diversas ações", salienta.

Para o professor a premiação representa acima de tudo um reconhecimento público conferido à FUPF que assume a sua responsabilidade com a comunidade regional, atendendo a questões emergentes e desafiadoras no âmbito educacional e social. A FUPF foi representada ainda pela professora colaboradora do projeto Rosana Kripka. A professora Berenice Polita Romanzini, representante da ECOPAZ e colaboradora do Observatório, também esteve presente.

■ **PROJETO DA MANTIDA UPF ENTRE OS MELHORES**
O coordenador da Divisão de Prêmios da Assembleia Legislativa, Flávio Dalbosco de Oliveira, destaca que, em 2014, foi introduzida uma inovação no modelo de avaliação. As 12 entidades que apresentaram os melhores cases foram pré-selecionadas e puderam apresentar seus trabalhos para a Comissão Mista em um seminário que organizamos em outubro. O Observatório da UPF foi um dos 12 selecionados, dentre 89 inscritos, e foi apresentado pelos integrantes do projeto, Fernanda Vecchi Pegorin, Rosana Maria Luvizute Kripka e pelo coordenador Sílvio Antônio Bedin, na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre.

Fonte: Acervo *O Nacional*, Passo Fundo/RS.

Figura 59: Prêmios Responsabilidade Social – RS recebidos pela Fundação Universidade de Passo Fundo



Fonte: Acervo Fupf.

*Fragmentos de história pelos
Presidentes da Fupf*



Registramos, a seguir, os depoimentos de alguns ex-presidentes da Fundação Universidade de Passo Fundo, colhidos especificamente para este livro comemorativo. Os entrevistados falaram sobre o papel da Fundação, sua experiência enquanto Presidente e os projetos desenvolvidos em sua gestão.

Esses depoimentos são registros orais, fragmentos de memória que se constituem em documentos históricos importantes sobre a história da Fundação.

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2003, p. 477).

Maristela Capacchi (atual Presidente da Fundação Universidade de Passo Fundo)



A Fundação como mantenedora da Universidade de Passo Fundo, do Ensino Médio Integrado e da UPF Idiomas tem por finalidade zelar pelo atendimento dos seus objetivos institucionais. Para tanto, exerce um papel de apoiadora e, ao mesmo tempo, fiscalizadora, pois cabe a ela, Fupf, por meio do seu Presidente e demais conselheiros do Conselho Diretor, toda a responsabilidade jurídica dos atos de suas mantidas, assim como a responsabilidade de atendimento dos aspectos relacionados à filantropia e à prestação de contas para órgãos públicos de diversas esferas.

Por isso, na minha gestão, busquei manter uma estreita relação com os gestores das mantidas, em especial, com a Vice-Reitoria Administrativa, que tem em suas mãos o maior orçamento para administrar.

As principais ações de minha gestão foram: encaminhamento e aprovação pela Assembleia Geral da criação de uma área de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), com mais de 32 hectares, que compreende áreas de mata ciliar, de encosta, de banhado e em regeneração junto ao Arroio Miranda. Este encaminhamento havia tido início na gestão do professor Alexandre Nienow. Estamos também trabalhando intensamente na reavaliação do Plano de Previdência Privada, instituído em 1998, junto à BB Previdência, trabalho, este, que tem por objetivo a manutenção da sustentabilidade financeira da Fupf e de suas mantidas.

[...] Sempre em trabalho conjunto com a Vice-Reitoria Administrativa, temos procurado buscar formas de manter os alunos para que eles consigam continuar seus estudos, através da criação de alternativas de financiamentos e bolsas de estudos com critérios específicos.

É uma grande satisfação estar na Presidência desta importante instituição, no ano em que se comemora os 50 anos de sua criação. Os colegas que me antecederam deixaram um grande legado no qual dei sequência e muito ainda pode ser feito.

Alexandre Augusto Nienow



Ter ocupado por dois anos (julho de 2013 a julho de 2015) o cargo de Presidente da Fundação Universidade de Passo Fundo (Fupf) foi, sem dúvida, um dos maiores desafios de minha vida profissional, se não foi o maior. De fato, quando da candidatura para compor o Conselho Diretor, não havia a menor previsão de assumir essa função, de tamanha responsabilidade.

Desafio aceito, pude, felizmente, contar com a colaboração competente e generosa de funcionários que, em cargo de gestão ou não, muito nos auxiliaram nas tomadas de decisão e encaminhamentos de responsabilidade legal da Fupf. Destaco aqui a preocupação

constante com a saúde financeira, com a eficiência do trabalho realizado, com a conservação do patrimônio e a certificação de entidade filantrópica na área da educação, exigindo a atenção da presidência e diretoria, dos conselheiros do Conselho Diretor e Fiscal, Direção executiva e dos vários setores diretamente envolvidos.

A condução da gestão teve como princípio norteador o compartilhamento da análise e encaminhamento das principais demandas com as mantidas Universidade de Passo Fundo, Centro de Ensino Médio Integrado UPF e UPF Idiomas, bem como com o Complexo de Radiodifusão. Neste aspecto, foi importante o estabelecimento de um democrático e respeitoso relacionamento com a Reitoria, as Direções, professores e funcionários. Buscou-se, na medida do possível, respaldar as boas iniciativas propostas pelos setores administrativos e Comissões Especiais de trabalho.

Luiz Fernando Fritz Filho



As demandas da mantenedora e das mantidas são totalmente diferentes. É um outro prisma, uma outra lógica, porque a mantenedora, a Fundação, responde por todos os atos e fiscaliza suas mantidas,

que são três: a UPF, que responde por mais de 97% em termos de participação e orçamento; depois temos o Cemi (Centro de Ensino Médio Integrado) e a UPF Idiomas, localizada na área central de Passo Fundo.

O papel da Fundação é acompanhar todos os processos de gestão e a legalidade. Como somos uma fundação com atividades fins ligadas à educação e também temos atividades meio, então, sempre tivemos esse cuidado com a legalidade e a fiscalização das atividades das mantidas. Temos aqui um divisor de águas. Por exemplo, a UPF: Ela tem seu orçamento, seu modus operandi (graduação, extensão, pesquisa, etc.), mas ela está vinculada a uma peça orçamentária aprovada para a UPF e pelo Conselho Diretor, assim como ocorre com as demais mantidas. Nós (Fundação) temos que fiscalizar e acompanhar [...] essa é uma divisão que ocorre por força de lei e por estrutura organizacional e sempre tivemos uma

relação muito intensa, sobretudo com a Universidade, que é a maior mantida, e pelas demandas serem, naturalmente, muito “maiores” pela UPF, o que não poderia ser diferente. Tivemos muito sucesso.

Falando do meu mandato, implementamos um processo, que já vinha sendo desenvolvido desde 2011, de cuidados nos encaminhamentos com as mantidas, com muito diálogo, em que pese a questão do que nos cabe enquanto nosso estatuto social da Fundação, ou seja, até onde podemos avançar para dar conta das demandas da UPF, Cemi e UPF idiomas [...]. O que busquei sempre foi uma segurança jurídica para poder fazer esse atendimento, logicamente pautado no nosso orçamento, preservando o patrimônio e as questões financeiras da Fundação e, conseqüentemente, podendo dar guarida para suas mantidas.

[...] A parceria da UPF com a Fundação, sobretudo o entendimento do papel da Fundação, naquele momento, foi o grande divisor de águas quando ingressamos, porque se ocorre uma situação em que as mantidas não entendem o papel da Fundação, provavelmente você vai ter um conflito, o que não é interessante para a Instituição.

[...] Pensando [no papel da Fundação], tentei formar uma tríade, que é: Respeitar a legislação, atender as mantidas e pensar no aluno de suas mantidas. Esses três pontos sintetizam o que eu penso que uma Fundação educacional deve fazer em consonância com sua finalidade. Nossa finalidade institucional: “[...] oferecer e desenvolver a educação superior [...] cursos de pós-graduação [...] educação básica [...]” (Art. 6º. Estatuto da Fupf) não se descola dos objetivos de nossas mantidas, pois somos uma Fundação de natureza educacional!

Claudio Almir Dalbosco



[...] Um dos papéis regimentais da Fupf é a fiscalização das mantidas. Historicamente, o Conselho Diretor exerceu este papel, sobretudo, no que se refere ao aspecto administrativo, procurando zelar pela sustentabilidade financeira das mantidas. O grupo de conselheiros que assumiu a partir de 2012, dos quais

eu também fazia parte, procurou ampliar a fiscalização para os aspectos acadêmicos das mantidas, principalmente em sua relação com a UPF. Quando assumi a presidência da Fupf, houve um esforço grande no sentido de diálogo entre a diretoria e o Conselho Diretor da Fupf com as mantidas. Fazíamos reuniões periódicas com a Reitoria da UPF, procurando encontrar soluções conjuntas para problemas comuns, nos esforçando mutuamente para assegurar a autonomia de cada um. Este não é um trabalho fácil, porque, embora esteja definido no Regimento as atribuições de cada uma das instituições, sempre há o risco de desencontros, provocando ruído nas relações.

Também procuramos trabalhar muito com a dinâmica de comissões, envolvendo todos os conselheiros e setores das mantidas que estavam diretamente relacionados com os temas e problemas em questão. Posso dizer, então, que buscamos dar uma ênfase mais acadêmica para a gestão e para os debates, voltando-nos para questões universitárias centrais, como a busca pela excelência acadêmica ancorada na sustentabilidade financeira.

Penso, neste contexto, que a Fupf possui uma grande tarefa pela frente, que é a sua sustentabilidade e redefinição como entidade filantrópica. O próprio país está rediscutindo a questão da filantropia e nós, também, precisamos rediscutir o sentido educacional, comunitário e acadêmico da filantropia, pois é isto que justifica a existência de uma Fundação voltada para o ensino e a educação.

Rosa Maria Locatelli Kalil



Uma das questões prioritárias do Conselho Diretor é a questão da sustentabilidade financeira da instituição. O crescimento e o desenvolvimento da instituição como universidade é a preocupação principal da Reitoria. A conciliação desses dois objetivos – da mantenedora e da mantida –, embora difícil, é o ideal constantemente buscado e aprimorado ao longo dos anos.

[...] Na Fundação, tem-se uma relação com os bancos, uma relação de crédito, uma relação com o Ministério da Educação, recebe Fies, e outras verbas e pagamentos. Então, tudo depende da credibilidade, dessa confiança que a Fundação como instituição mantém com esses setores, que são de apoio financeiro. Também é importante, em termos de Fundação, sempre manter essa questão muito clara, lembrando a obrigação de abrir todas as contas. Apesar de ser uma instituição privada, todo seu balanço e todas as suas contas são sempre auditadas pela promotoria.

Para esse controle e transparência, são realizadas auditorias interna e externa. É importante enfatizar que a Fundação segue todo um regimento bastante rígido, dentro de um complexo sistema administrativo e legal referente à sua forma de Fundação sem fins lucrativos com finalidade social. Assim, a autorização de financiamento de projetos de professores ou das mantidas, por exemplo, precisa estar em conformidade com essas regras institucionais, que são diferentes daquelas de uma empresa privada.

Douglas Pedroso



O que considero interessante na Fundação e que sempre me chamou muita atenção é que há uma paixão por parte dos integrantes do Conselho. Todos nós participamos – eu participei como conselheiro e depois como Presidente – sem termos carga-horária nem qualquer remuneração para ser Presidente da Fundação nem para membro do Conselho Diretor. É um cargo honorífico, mas todos estão sempre presentes nas reuniões e participam ativamente.

Um episódio que lembro, da época em que eu fui Presidente da Fundação, foi a negociação com o Banrisul para a construção do Centro de Convivência. O Conselho Diretor anterior tinha tentado fazer um empréstimo do Banrisul para construir o Centro de Convivência. Como era um valor alto, decidimos contatar também o banco concorrente, solicitando que eles fizessem uma proposta. A contrapartida seria a

folha de pagamento da Universidade. Com o projeto do concorrente em mãos, fomos novamente negociar com o Banrisul, que fez uma contraproposta bem mais vantajosa em termos econômicos, resultando, assim, na parceria que possibilitou a construção do Centro e uma significativa economia para a Fupf, uma vez que o Banrisul construiu sem cobrança alguma.

Jocarly Patrocínio de Souza



[...] Essa relação da Fundação com as mantidas, sobretudo com a Universidade, tem origem histórica nos dois grupos que criaram a Universidade. No início, o Reitor da Universidade também era o Presidente da Fundação, mas a partir do momento

em que esses cargos foram ocupados por pessoas diferentes, começaram a surgir os atritos, principalmente pelo fato do não entendimento dos papéis de cada um.

[...] Ainda hoje, mesmo definidas estatutariamente as competências de cada um, há ainda elementos de divergências, mas vejo que há também um desejo de um entendimento. A Fundação é a representação jurídica da nossa instituição.

[...] Apesar dessas divergências, em muitos casos pontuais, isso é interessante para o crescimento da instituição, pois, de um certo modo, leva as pessoas a refletir e isso, sem dúvida, contribui para o crescimento e o desenvolvimento da nossa instituição. É uma forma de a gente avançar [...].

Antônio Carlos de Lima



Na minha gestão, tínhamos um projeto muito grande junto com várias pessoas chamado UPF-Mundi. Nos arquivos da Fundação, encontram-se as pesquisas e maquetes feitas para o desenvolvimento desse projeto que, entretanto, não foi desenvolvido. Seriam, na realidade, sete braços a serem

construídos em áreas da Fupf. Tínhamos 200 hectares para isso. As construções previstas incluíam o Centro de Convivência, Parque Temático, Polo Tecnológico e Parque Logístico.

O projeto incluía também um Centro de Convenções e Feiras para trazer mais congressos e, ao mesmo tempo, a Jornada de Literatura. Ainda previa a construção de Hotel e Serviços, Posto de Gasolina e Business Center para reunir todo o agronegócio de Passo Fundo e outros órgãos de serviços, como o CDL. Enfim, agregaria tudo, mas, no fim, o projeto não foi desenvolvido na íntegra. O Centro de Convivência, inserido nesse projeto, acabou sendo construído posteriormente.

Também, na minha gestão, ocorreu uma reforma no estatuto da Fundação para adequá-lo às disposições do novo Código Civil e foi obtido êxito nos processos de renovação do Certificado de Entidade Filantrópica junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Paulo Adil Ferenci



No início dos anos de 1990, acredito que de 1991-1994, fui eleito conselheiro suplente, para um mandato de 4 anos, mas minha participação era secundária, de suplente. Entretanto, foi nesse tempo que houve uma importante reforma do Estatuto da Fupf, da qual fui Relator,

embora fosse conselheiro suplente.

Naquela época, o Estatuto da Fupf previa que o Reitor da UPF fosse membro nato do Conselho Diretor e seu Presidente nato. O Pe. Alcides, que era o Reitor e Presidente da Fupf ao mesmo tempo, com a concordância dos demais conselheiros, incumbiu-me de projetar uma reforma do estatuto. Trabalhei algum tempo e apresentei um projeto, inserindo uma modificação muito profunda, pois o meu projeto previa que o Reitor da UPF continuaria sendo membro nato do Conselho Diretor da Fupf, mas não mais seu Pre-

sidente nato, e o Presidente deveria ser eleito pelos demais conselheiros. A justificativa foi a de que podia haver conflito de interesses entre a Fupf e a UPF e que a Fupf era quem devia administrar os seus bens, enquanto que o Reitor devia administrar as questões acadêmicas. O projeto foi discutido durante várias reuniões semanais e, ao final, foi aprovado. O Pe. Alcides relutou muito em aceitar, mas fez ele ver que havia incompatibilidade importante entre os dois cargos, de Reitor da mantida e de Presidente da mantenedora. Convencido o Reitor, os demais conselheiros titulares também acataram a reforma, mas não sem uma relutância inicial. Reformado o estatuto, o Prof. Irani Comin foi eleito Presidente da Fupf.

Lorivan Fisch de Figueiredo



Uma das principais questões discutidas e trabalhadas pelo Conselho, quando fui Presidente da Fundação, foi a da necessidade de separar as funções da Reitoria e da parte executiva da Fundação. Na época, havia ainda certo resquício desses conflitos de um passado recente, em que o Reitor era, automaticamente, o Presidente da Fundação. Partimos do entendimento de que as duas funções – de Reitor e de Presidente – eram distintas, embora complementares, na medida em que a função de agente fiscalizador e avaliador, atribuída à Fundação, é incompatível com a tarefa de execução das obras e projetos, feita pela Universidade.

No período da minha gestão, havia ainda muita confusão entre o que cabia à Fundação e o que era da Universidade, mas podemos dizer que foi desenvolvida uma série de projetos da instituição como um todo, pois foi um período de ampliação da Universidade, vários cursos foram criados, como o de Medicina Veterinária e o de Engenharia de Alimentos. Nesse processo de crescimento, a Fundação se envolveu bastante na aprovação da construção dos prédios, bem como buscando financiamentos para tal.

Irany Clemente Comin



O ano em que assumi é considerado um marco na história da Fundação, pois foi aprovada uma importante mudança nos estatutos da instituição, separando o cargo de Reitor do de Presidente da Fundação, até então concentrados na mesma pessoa. Essa mudança foi decidida em assembleia extraordinária, em 03 de junho de 1993. Em seguida, uma eleição interna do colegiado elegeu o novo Presidente para substituir o Reitor-Presidente, então no cargo. Foi quando fui proclamado o novo Presidente para gestão 1993-1995.

Em síntese, nesse período, foram redefinidas as atribuições do Presidente e do Conselho Diretor, cabendo ao Presidente presidir e coordenar as agendas e decisões (encaminhamentos) após aprovação colegiada. Essa definição obteve respaldo da Procuradoria das Fundações, que enfatizou a função de fiscalização e controle sobre as mantidas que a Fundação deveria assumir. Foram feitos estudos para implantação da nova estrutura e construção de um sistema de gestão administrativa-financeira, que caberia à Fundação. Foi implantada, também, uma auditoria externa.

Esse novo contexto fez com que fossem realizados vários encontros entre Reitoria, Conselho Diretor, Diretoria das Unidades Acadêmicas, para implantação de um sistema interno de gestão da Unidades Acadêmicas e outras mantidas. Também foi dada uma atenção especial aos setores de produção de bens, como: Gráfica, Cepagro e Livraria.

Ainda destaco, nessa gestão: a implantação e consolidação da Escola de Ensino Médio Integrado, a regularização jurídica da parceria com o Hospital de Olhos, maior aquisição de área física do *campus*, apoio à implantação do sistema *multicampi* e ampliação do número de integrantes do Conselho Diretor.

Presidentes da Fupf ao longo dos 50 anos de sua história

Nome	Período da gestão	
Elydo Alcides Guareschi	1966	SPU
Elydo Alcides Guareschi	1967	SPU e Fupf
Murilo Coutinho Annes	01/01/1968	02/10/1968
Juarez Teixeira Diehl	03/11/1968	07/07/1971
Murilo Coutinho Annes	07/07/1971	11/07/1974
Bruno Edmundo Markus	11/07/1974	07/07/1982
Elydo Alcides Guareschi	07/07/1982	09/08/1993
Irany Clemente Comin	09/08/1993	19/07/1995
Lorivan Fisch de Figueiredo	19/07/1995	11/07/1997
Mário José Martins da Silva Mateiro	11/07/1997	19/07/1999
Rosa Maria Locatelli Kalil	19/07/1999	16/07/2001
Paulo Adil Ferenci	16/07/2001	14/07/2003
Luiz Carlos Manzato	14/07/2003	31/08/2004
Jocarly Patrocínio de Souza	31/08/2004	05/10/2004
Luiz Carlos Manzato	05/10/2004	11/07/2005
Antonio Carlos de Lima	11/07/2005	16/07/2007
Douglas Pedroso	16/07/2007	01/12/2008
Erineu Clovis Xavier	01/12/2008	13/07/2009
Jocarly Patrocínio de Souza	13/07/2009	10/07/2011
Celso Carlos Gomes Gonçalves	11/07/2011	29/02/2012
Claudio Almir Dalbosco	29/02/2012	02/07/2012
Luiz Fernando Fritz Filho	02/07/2012	08/07/2013
Alexandre Augusto Nienow	08/07/2013	13/07/2015
Maristela Capacchi	13/07/2015	10/07/2017

Referências

- ANNES, Murilo Coutinho; GUARESCHI, Alcides. O problema universitário nos Estados Unidos. *Revista da Faculdade de Direito*, Passo Fundo, a. XIV, n. 3, abr. 1968.
- BARROSO, Maria Helena; FERNANDES, Ivanildo Ramos. *Mantenedoras educacionais privadas: histórico, organização e situação jurídica*. Observatório Universitário, Rio de Janeiro, julho, 2007.
- BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder, o PTB e a ação política de Cesar Santos na Metrópole da Serra – 1945-1967*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.
- BOTH, Agostinho. *A criação da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1993.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.
- FERNANDES, Ramos Ivanildo. *Mantenedoras educacionais privadas: histórico, organização e situação jurídica*. Observatório Universitário, Rio de Janeiro, 2007.
- FERREIRA, Sérgio de Andrade. Atualidade das fundações instituídas pelo poder público. *Revista de Direito Administrativo*, n. 169, p. 1-11, jul./set. 1987.
- GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice S. Patrimônio ambiental, História e biodiversidade. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis, v. 5, n. 3, 2016.
- GUARESCHI, Elydio Alcides. *O Processo de construção da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001.
- _____. *Universidade comunitária: uma experiência inovadora - memórias e reflexões de ex-reitor da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 2012.
- _____. *UPF: que horas são?* Alcides Guareschi. Entrevista com Ivaldino Tasca. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA et al. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- MARTINS, Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 14 maio 2017.
- PAES, José Eduardo Sabo. *Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários*. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2003.
- PINTO, Gelson de Almeida; BUFFA, Esther. *Arquitetura, urbanismo e educação: campi universitários brasileiros*. 2009. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/519GelsonAlmeidaPinto_EterBuffa.pdf>. Acesso em: 14 maio 2017.
- RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Rio Grande do Sul. Procuradoria de Fundações. Porto Alegre: 2017. (datilografado).
- SANTOS, Helena Cláudia dos. *Os desafios da televisão universitária no Brasil 2017*. Disponível em: <http://unifornoticias.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=729&Itemid=50>. Acesso em: 11 maio 2017.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, dez. 2008.
- TASCA, Ivaldino (Org). *Eu e a UPF: memórias*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2013.
- UPF PARQUE. *Parque Científico Tecnológico UPF Planalto Médio*. Disponível em: <<http://upfparque.upf.br>>. Acesso em: 27 maio 2017.
- ZIMMER, Lauro Ribas. *Parecer do CNE/CES nº 282/2002*. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2002/pces282_02.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

Entrevistas

- CAPACCHI, Maristela. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Passo Fundo, abril, 2017.
- CARDOSO, Cristiane. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Passo Fundo: março, 2017.
- CLÓS, Keller Dornelles. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Porto Alegre: março, 2017.
- COMIN, Irany Clemente. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Passo Fundo: março, 2017.
- DALBOSCO, Claudio. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Passo Fundo, abril, 2017.
- D'AGUSTINI, Pedro. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Passo Fundo: março, 2017.
- FIGUEIREDO, Lorivan Fisch. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Passo Fundo: março, 2017.
- FRITZ FILHO, Luiz Fernando. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Passo Fundo: abril, 2017.
- KALIL, Rosa Maria. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Passo Fundo: abril, 2017.
- LIMA, Antônio Carlos de. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Porto Alegre: março, 2017.
- NIENOW, Alexandre Augusto. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Passo Fundo: abril, 2017.
- PEDROSO, Douglas. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Passo Fundo: março, 2017.
- SOUZA, Jocarly Patrocínio de. *Entrevista concedida à Marlise Meyrer*. Passo Fundo: março, 2017.

